

RAIMUNDO CARVALHO MOURA FILHO
REGINA CÉLIA COSTA LIMA
(Organizadores)

1º LIVRO DO PACHAMAMA -

GRUPO DE ESTUDOS
EM HISTÓRIA DAS AMÉRICAS:
MEMÓRIA, PATRIMÔNIO
E FORMAÇÃO CIDADÃ
NA AMÉRICA LATINA

**1º LIVRO DO PACHAMAMA -
GRUPO DE ESTUDOS
EM HISTÓRIA DAS AMÉRICAS:
MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E FORMAÇÃO
CIDADÃ NA AMÉRICA LATINA**

RAIMUNDO CARVALHO MOURA FILHO

REGINA CÉLIA COSTA LIMA

(Organizadores)



VirtualBooks Editora

© Copyright 2026, Organizadores & Autores.

1ª edição

(Publicado em janeiro de 2026)

Todos os direitos reservados e protegidos pela lei no 9.610, de 19/02/1998. Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito do detentor dos direitos, poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Moura Filho, Raimundo Carvalho
Lima, Regina Célia Costa

1º LIVRO DO PACHAMAMA - GRUPO DE ESTUDOS EM HISTÓRIA DAS AMÉRICAS: MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E FORMAÇÃO CIDADÃ NA AMÉRICA LATINA. Organizadores & Autores. Pará de Minas, MG: VirtualBooks Editora, Publicação 2026. E-book, formato PDF.

ISBN 978-85-434-1926-8

CDD- 370 Educação. Centros de Documentação e Patrimônio Documental. A Amazônia Habitada: Evidências Arqueológicas. Ejai: Desafios Da Invisibilidade e Desvalorização. Natureza, Memória e Crítica Social em Los Ríos Profundos. Uma Análise Historiográfica na Obra de João Renôr Ferreira de Carvalho. Brasil. Título.

CONSELHO EDITORIAL

Jaime Mendonça \ editor
Assistente editorial \ Geovanna Gravet
Revisora \ Jacqueline Hagop
Preparadora de texto \ Janáina Jaakko Mello
Cao Ypiranga \ designer

Livro publicado pela
VIRTUALBOOKS EDITORA – livros impressos, e-books e audiobooks.
<https://www.virtualbooks.com.br>
<https://virtualbooksonline.com.br/doi>
WhatsApp 37991733583 - capasvb@gmail.com

SUMÁRIO

NOTA DOS ORGANIZADORES.....	- 7 -
PREFÁCIO	- 8 -
INTRODUÇÃO.....	- 11 -

CAPÍTULO I

CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E PATRIMÔNIO DOCUMENTAL: DIREITO À INFORMAÇÃO, À MEMÓRIA E À CIDADANIA.....	- 15 -
1 INTRODUÇÃO	- 15 -
2. REVISÃO DA LITERATURA.....	- 17 -
2.1 CONCEITO DE PATRIMÔNIO DOCUMENTAL	- 17 -
2.1. CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO.....	- 20 -
2.2 DIREITO À INFORMAÇÃO E À MEMÓRIA	- 21 -
2.2 CIDADANIA E PATRIMÔNIO DOCUMENTAL.....	- 27 -
3. METODOLOGIA.....	- 30 -
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	- 32 -
4.1. A IMPORTÂNCIA DOS CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL.....	- 32 -
4.2. A RELAÇÃO ENTRE CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E O DIREITO À INFORMAÇÃO E À MEMÓRIA.....	- 33 -
4.3 IMPACTOS DA PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL NA CIDADANIA.....	- 34 -
4.2. DESAFIOS E PERSPECTIVAS FUTURAS	- 34 -
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	- 35 -
REFERÊNCIAS	- 37 -

CAPÍTULO II

A AMAZÔNIA HABITADA: EVIDÊNCIAS ARQUEOLÓGICAS, OCUPAÇÃO HUMANA ANTIGA E A CONSTRUÇÃO DA DESINFORMAÇÃO

1.INTRODUÇÃO	40 -
2.. PROCESSO DE POVOAMENTO DA AMAZÔNIA	42 -
2.2. VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS DE HABITAÇÃO HUMANA NA AMAZÔNIA.....	47 -
2.3. SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS.....	49 -
2.4. A ARQUEOLOGIA E A DESINFORMAÇÃO.....	52 -
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54 -

CAPÍTULO III

EJAI: DESAFIOS DA INVISIBILIDADE E DESVALORIZAÇÃO

1.INTRODUÇÃO	57 -
2. METODOLOGIA.....	59 -
3. REFERENCIAL TEÓRICO	60 -
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	65 -
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66 -
REFERÊNCIAS	68 -

CAPÍTULO IV

ARQUEOLOGIA VIVA NA AMAZÔNIA: UMA LEITURA DE NEVES E PROUS.....

1 INTRODUÇÃO	72 -
2 EVIDÊNCIAS E DESCOBERTAS ARQUEOLÓGICAS.....	79 -
REFERÊNCIAS	89 -

CAPÍTULO V

NATUREZA, MEMÓRIA E CRÍTICA SOCIAL EM LOS RÍOS PROFUNDOS (1958): COSMOVISÃO INDÍGENA E MODERNIDADE CAPITALISTA NA LITERATURA ANDINA DO SÉCULO XX.....	90 -
1.INTRODUÇÃO	90 -
2. A NATUREZA COMO UM SUJEITO ESPIRITUAL E EXPRESSÃO DA VIDA COMUNITÁRIA.....	92 -
3 METODOLOGIA.....	107 -
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109 -
REFERÊNCIAS	110 -

CAPÍTULO VI

UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA NA OBRA DE JOÃO RENÔR FERREIRA DE CARVALHO	112 -
1 INTRODUÇÃO	112 -
2. O PAPEL DA REPRESENTAÇÃO	116 -
2.3 A CRÍTICA AOS PRECURSORES.....	118 -
2.4. PODER E LEGISLAÇÃO: A DISPUTA PELA MÃO DE OBRA.....	121 -
2.5 O REGIMENTO DAS MISSÕES	125 -
3.UMA ANÁLISE CRÍTICA	126 -
4. O ESPAÇO DE CONFLITO: A CONSCIÊNCIA DA AMAZÔNIA.....	128 -
4.1 O CASO DO PIAUÍ E JOÃO DA MAYA DA GAMA.....	130 -
4.2 RESISTÊNCIA ATIVA.....	134 -
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	136 -
REFERÊNCIAS	137 -

NOTA DOS ORGANIZADORES

Os capítulos que compõem esta coletânea são de inteira responsabilidade de seus respectivos autores. O conteúdo, as análises e as interpretações apresentadas refletem exclusivamente suas perspectivas acadêmicas e científicas. Os organizadores do livro não interferiram no teor dos textos, cabendo-lhes apenas a função de estruturar a obra e ordenar os capítulos de forma coerente. É importante ressaltar que as opiniões expressas nesta coletânea não representam necessariamente a visão dos organizadores ou da instituição à qual estão vinculados. Qualquer questionamento ou interpretação sobre os temas abordados deve ser direcionado diretamente aos autores.

PREFÁCIO

O prefácio desta coletânea nasce de uma convicção simples e exigente: a América Latina e, em especial, a Amazônia, não podem mais ser pensadas como cenários vazios, margens do mundo ou territórios destinados apenas à extração e ao esquecimento. Ao reunir capítulos que transitam entre arqueologia, historiografia, educação e literatura, o livro afirma que a história do continente se sustenta em presenças antigas, múltiplas e persistentes, e que compreender essas presenças exige romper com imagens fáceis, com slogans e com narrativas que, ao longo do tempo, serviram para justificar silenciamentos e desigualdades.

Nos textos aqui reunidos, a Amazônia aparece como floresta habitada e como arquivo material de longa duração. As evidências arqueológicas, os sítios, as técnicas e os vestígios não são apresentados como curiosidade, mas como fundamentos de uma crítica à desinformação e aos usos políticos da ignorância. Quando a pesquisa desmente a ideia de uma terra sem gente, ela não faz apenas uma correção de dados: ela reposiciona sujeitos, restitui temporalidades e desmonta a lógica que, em diferentes momentos, tentou converter o território em mera “reserva” disponível ao avanço de projetos externos.

A coletânea também evidencia que a disputa pelo passado é, ao mesmo tempo, disputa por reconhecimento no presente. Ao examinar a produção de João Renôr Ferreira de Carvalho e as tensões entre colonos, missionários, autoridades e povos indígenas, o livro reforça a necessidade de uma História Indígena atenta às formas concretas de agência, resistência e negociação. Aqui,

a colonização não é tratada como marcha inevitável, mas como processo atravessado por conflitos de jurisdição, por legislação ambígua, por estratégias de poder e por respostas indígenas que impuseram limites, ritmos e rearranjos ao projeto colonial.

Outro eixo decisivo desta obra é o compromisso com a educação como direito e como campo de luta. A discussão sobre a Educação de Jovens, Adultos e Idosos coloca no centro a invisibilidade institucional, as lacunas normativas e os desafios cotidianos vividos por estudantes e docentes. Ao articular referências críticas e marcos legais, o livro mostra que a exclusão escolar não é acidente individual, mas expressão de desigualdades estruturais. E, ao mesmo tempo, afirma a EJAII como espaço de construção de autonomia, de dignidade e de justiça social, onde a experiência de vida e os saberes prévios precisam ser reconhecidos como parte do próprio processo formativo.

A literatura, por sua vez, aparece como território privilegiado para compreender memória, natureza e crítica social. A leitura de *Los ríos profundos* revela que há narrativas capazes de registrar, em linguagem sensível, a fratura cultural produzida pela modernidade capitalista e pela colonialidade, sem reduzir a cosmovisão andina a folclore ou ornamento. Quando a natureza surge como sujeito, quando o quéchua se afirma como resistência simbólica, quando a experiência mestiça se torna metáfora do Peru moderno, o texto literário se converte em campo de interpretação histórica e em via potente para perceber conflitos sociais, hierarquias, afetos e formas de pertencimento.

Assim, este livro convida o leitor a percorrer um caminho dinâmico entre tempos e disciplinas, sem perder o fio que os conecta: a recusa de qualquer visão que naturalize o apagamento. Ao final, a coletânea propõe uma

postura intelectual e ética: escutar as camadas profundas do território, reconhecer as lutas por memória e dignidade, e compreender que o debate sobre passado, cultura e educação não é apenas acadêmico. Ele diz respeito às possibilidades de futuro, às formas de convivência e aos modos de imaginar outros mundos possíveis a partir das Américas.

Raimundo Carvalho Moura Filho
(UEMASUL e UNITINS)

INTRODUÇÃO

A presente coletânea reúne pesquisas que dialogam entre história, arqueologia, educação e literatura, tendo como eixo comum a crítica às narrativas hegemônicas que, ao longo do tempo, produziram silenciamentos sobre povos, territórios e experiências na América Latina, com especial atenção à Amazônia. O livro parte do entendimento de que o conhecimento histórico não é neutro nem acabado, mas resultado de disputas interpretativas, escolhas teóricas e posicionamentos ético-políticos que incidem diretamente sobre a forma como o passado é narrado e mobilizado no presente. Ao longo dos capítulos, a obra afirma que memória, território, cultura e educação são dimensões indissociáveis. Pensar a história latino-americana implica reconhecer a centralidade de sujeitos historicamente marginalizados, como povos indígenas, populações tradicionais e grupos excluídos do sistema educacional formal. Nesse sentido, o livro se insere no campo das abordagens críticas que questionam o eurocentrismo, a colonialidade do saber e as leituras que naturalizam desigualdades sociais e culturais. O livro abre com o “Centros de documentação e patrimônio documental: direito à informação, à memória e à cidadania”, que foi dedicado aos centros de documentação, memória, cidadania e direito à informação. Estabelece as bases conceituais do livro ao discutir o papel do patrimônio documental na construção da memória social. Ao abordar os centros de documentação como espaços de preservação, acesso e democratização da informação, o texto evidencia que o direito à memória é

também um direito político, fundamental para a cidadania, para a justiça social e para o fortalecimento de narrativas historicamente subalternizadas.

Já o capítulo 2, “A Amazônia habitada: evidências arqueológicas, ocupação humana antiga e a construção da desinformação”, a obra enfrenta diretamente o mito da Amazônia como território vazio ou inadequado à presença humana. A partir de dados arqueológicos, vestígios materiais e sítios de ocupação antiga, o capítulo demonstra que a floresta foi historicamente habitada, manejada e transformada por diferentes povos, desmontando discursos que sustentaram projetos de exploração e expropriação ao longo do tempo. Ao evidenciar o processo de povoamento, a diversidade cultural e o papel da arqueologia na produção do conhecimento histórico, o capítulo também denuncia a circulação de informações distorcidas sobre a Amazônia. A desinformação aparece, assim, como ferramenta política que contribui para a invisibilização dos povos originários e para a legitimação de interesses econômicos e territoriais externos à região.

O debate educacional ganha centralidade no Capítulo 3, intitulado “EJAI: desafios da invisibilidade e desvalorização”. Analisa, com efeito, a Educação de Jovens, Adultos e Idosos como modalidade historicamente marginalizada no interior das políticas públicas brasileiras. O capítulo evidencia como a ausência de diretrizes específicas na Base Nacional Comum Curricular compromete a consolidação da EJAI, impactando diretamente a formação docente, a autoestima discente e a efetivação do direito à educação ao longo da vida. Ao dialogar com autores como Paulo Freire (1967), Pierre Bourdieu (1998) e Miguel Arroyo (2005), o capítulo sustenta que a EJAI deve ser compreendida como espaço de emancipação, no qual os saberes prévios, as

trajetórias de vida e a leitura crítica do mundo são elementos constitutivos do processo educativo. A educação aparece, assim, como prática social e política voltada à equidade e à justiça social.

A dimensão cultural e simbólica da história latino-americana é aprofundada no capítulo 4, “Arqueologia Viva na Amazônia: Uma leitura de Neves e Prous”. Nele, os autores articulam reflexões sobre memória, identidade e representação, ampliando o diálogo entre história social, cultura e formas de produção do conhecimento. Esse capítulo contribui para compreender como narrativas, símbolos e práticas culturais participam da construção das identidades coletivas e das disputas em torno do passado.

A relação entre história e literatura é explorada no Capítulo 5, intitulado “Natureza, memória e crítica social em *Los ríos profundos* (1958): cosmovisão indígena e modernidade capitalista na literatura andina do século XX”. A partir da obra de José María Arguedas, os autores analisam a cosmovisão indígena andina, o animismo, a linguagem quéchua como resistência simbólica e a experiência do mestiço como metáfora da fragmentação cultural do Peru moderno, evidenciando a literatura como fonte histórica e espaço de crítica social.

Por fim, o Capítulo 6, “Uma análise historiográfica na obra de João Renôr Ferreira de Carvalho”, aprofunda o debate historiográfico ao examinar a produção do autor sobre a Amazônia e o Piauí colonial. O capítulo evidencia como João Renôr rompe com leituras eurocêntricas ao atribuir centralidade à agência indígena, analisando conflitos, legislação, atuação jesuítica e formas de resistência que impuseram limites concretos à expansão colonial nos séculos XVII e XVIII. De maneira articulada, os capítulos que compõem esta obra

demonstram que arqueologia, educação, literatura, memória e historiografia constituem campos interligados na produção de sentidos sobre o passado e o presente. Ao explicitar conflitos, resistências e silenciamentos, o livro reafirma o compromisso com uma abordagem crítica, interdisciplinar e socialmente situada.

Assim, esta coletânea se apresenta como convite à reflexão e ao diálogo, defendendo a necessidade de reconhecer a diversidade histórica e cultural das Américas e de fortalecer práticas intelectuais comprometidas com a dignidade, a memória e os direitos dos povos que historicamente sustentaram, com suas vidas e saberes, a construção deste continente.

Raimundo Carvalho Moura Filho (UEMASUL e UNITINS)

Capítulo I

CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E PATRIMÔNIO DOCUMENTAL:

Direito à informação, à memória e à cidadania

Regina Celia Costa Lima¹
Gabriela Almeida Ferreira²

1 INTRODUÇÃO

Os centros de documentação são instituições fundamentais para a preservação do patrimônio documental, funcionando como guardiões da memória coletiva e assegurando o acesso à informação. Tais centros desempenham um papel crucial na conservação de documentos de valor histórico, cultural e científico, permitindo que as gerações presentes e futuras compreendam e valorizem a história e a cultura de sua sociedade. Nesse sentido, o acesso à informação e à memória se torna essencial para a construção da identidade cultural de um povo, além de ser um pilar fundamental para o exercício pleno da cidadania.

A importância dos centros de documentação vai além da simples preservação de documentos; eles são instrumentos de promoção do

¹ Doutora em História, docente da UEMASUL. Coordenadora do Centro de Documentação e Memória (CEDOM/UEMASUL). Pesquisadora produtividade da UEMASUL. Email: reginacelia@uemasul.edu.br

²Graduada em História; especialista em Ensino de História (UEMASUL). Membro do CEDOM/UEMASUL. Email: gabrielaalmeidaferreira30@gmail.com.

conhecimento e de fortalecimento da cidadania. O direito à informação, conforme previsto na Constituição Federal de 1988, é um direito fundamental que assegura a todos os cidadãos o acesso a informações de interesse público. No entanto, esse direito só pode ser efetivamente garantido se houver a preservação e a acessibilidade do patrimônio documental, o que exige uma atuação ativa dos centros de documentação (Silva, 2023).

Além disso, os centros de documentação são responsáveis por preservar a memória de eventos e processos que moldaram a sociedade, garantindo que essa memória esteja disponível para consulta e estudo. De acordo com Almeida (2023), a preservação da memória coletiva é essencial para a construção de uma identidade nacional coesa, que reconhece e valoriza as diferentes narrativas e experiências que compõem a história de um país.

Entretanto, a preservação dos acervos documentais enfrenta diversos desafios. Um dos principais desafios é a necessidade de digitalização, que visa garantir a longevidade dos documentos e facilitar o acesso remoto. A digitalização é uma ferramenta crucial para a democratização do acesso à informação, especialmente em um contexto em que o acesso físico aos centros de documentação pode ser limitado por questões geográficas ou econômicas (Oliveira; Sousa, 2022). Outro desafio significativo é o acesso desigual à informação, que pode ser exacerbado pela falta de infraestrutura tecnológica em regiões mais remotas. A carência de políticas públicas voltadas para a preservação do patrimônio documental e para a ampliação do acesso a essas informações também se apresenta como um obstáculo que precisa ser superado para que os centros de documentação cumpram plenamente seu papel social.

Diante desse cenário, o presente artigo tem como objetivo discutir a relevância dos centros de documentação na garantia do direito à informação e à memória, bem como sua contribuição para o fortalecimento da cidadania. Para isso, realiza-se uma revisão de literatura que explora os conceitos de patrimônio documental, o papel dos centros de documentação e a relação entre cidadania e acesso à informação. Através dessa análise, busca-se não apenas destacar a importância dessas instituições, mas também identificar os desafios e propor soluções que possam contribuir para a preservação e democratização do acesso ao patrimônio documental.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Conceito de patrimônio documental

O patrimônio documental refere-se ao conjunto de documentos que possuem valor histórico, cultural, científico ou social, sendo essenciais para a preservação da memória de uma sociedade. Esses documentos não apenas testemunham o passado, mas também moldam a identidade cultural de um povo ao longo do tempo. O patrimônio documental inclui uma ampla variedade de materiais, como manuscritos, livros raros, mapas, registros sonoros, filmes e arquivos digitais, que, quando preservados, permitem a continuidade da memória e do conhecimento através das gerações (Duarte; Santos, 2021).

Silva (2023) afirma que o patrimônio documental é uma fonte indispensável para a compreensão do passado e para a construção da identidade

cultural, uma vez que esses documentos fornecem evidências concretas das práticas, crenças e eventos que definem uma sociedade. A preservação desse tipo de patrimônio não é apenas uma questão técnica, mas também uma responsabilidade cultural e ética, pois envolve a conservação da memória coletiva e a garantia de acesso a essas informações por futuras gerações.

Segundo Trindade (2022), a preservação do patrimônio documental enfrenta desafios complexos, como a deterioração física dos materiais e a obsolescência tecnológica, que ameaçam a integridade e a acessibilidade dos documentos. Além disso, há a necessidade de políticas públicas que promovam a proteção e a valorização desses acervos, integrando estratégias de conservação preventiva e digitalização para garantir sua longevidade.

A Unesco (2019) reconhece a importância global do patrimônio documental através do programa Memória do Mundo, que busca preservar e facilitar o acesso aos documentos de valor universal. Este programa destaca que o patrimônio documental é um recurso vital para o desenvolvimento cultural, educacional e científico, sendo um alicerce para a construção de sociedades informadas e inclusivas.

Ao abordar os documentos de arquivos permanentes, Bellotto (2000 *apud* Portella, 2012) destaca que, na arquivística, esses documentos representam a sua *archivalia*. Nesse contexto, a autora explica que, para que um conjunto de documentos seja considerado patrimônio documental de uma instituição, seja ela pública ou privada, é necessário que apresente determinadas características:

Ter cumprido sua função original, associada ao motivo de sua criação; não estar mais em tramitação; ter passado pelo arquivo corrente; e ter sido avaliado como permanente, com base na tabela de temporalidade, devido à relevância de seu valor informativo, tanto para a história institucional do lugar que os produziu, recebeu ou acumulou, quanto para a sociedade que viveu e atuou nesse local. Essa perspectiva está alinhada com a teoria arquivística em relação aos documentos permanentes (p.22).

No que diz respeito à proteção do patrimônio documental em nível global, as “Diretrizes para a Salvaguarda do Patrimônio Documental”, elaboradas por Ray Edmondson e publicadas em 2002 para o Programa Memória do Mundo da UNESCO, servem como referência importante.

No Brasil, a Constituição da República de 1988 (2005) reconhece os documentos como parte do patrimônio cultural do país, estabelecendo que é responsabilidade da administração pública, conforme a lei, gerenciar a documentação governamental e garantir seu acesso a quem dela necessitar. Esse direito é reiterado pela Constituição do Estado do Rio Grande do Sul de 1989 (2011), que também destaca a responsabilidade da administração pública na gestão da documentação governamental e na facilitação de seu acesso.

Assim, é dever da administração pública tratar adequadamente a documentação para preservar a memória informativa da nação. Entre as áreas do conhecimento que se dedicam à proteção do patrimônio documental, destaca-se a ciência da informação, com especial ênfase na arquivística.

2.1. Centros de Documentação

Os centros de documentação são instituições dedicadas à coleta, preservação, organização e disponibilização de documentos de relevância histórica, cultural, científica ou administrativa. Eles desempenham um papel crucial na manutenção do patrimônio documental, funcionando como verdadeiros guardiões da memória coletiva de uma sociedade. Esses centros são fundamentais para a disseminação de conhecimento e a promoção da educação, ao proporcionar acesso a fontes primárias que são essenciais para a pesquisa e o ensino (Mendes; Pereira, 2020).

Oliveira e Sousa (2022) destacam que os centros de documentação são vitais para a preservação do patrimônio documental, pois desempenham uma função essencial na organização e na catalogação de documentos, o que facilita o acesso à informação. Além disso, esses centros atuam na mediação entre o patrimônio documental e o público, promovendo atividades educativas e culturais que reforçam a importância da preservação da memória.

A digitalização dos acervos é um dos principais desafios enfrentados pelos centros de documentação na contemporaneidade. Segundo Rodrigues e Almeida (2021), a digitalização não apenas amplia o acesso aos documentos, permitindo que um público mais amplo tenha contato com esses acervos, mas também contribui para a preservação dos originais, ao reduzir a necessidade de manuseio físico. No entanto, a digitalização exige investimentos significativos em tecnologia e capacitação, além de políticas claras de preservação digital.

Outro aspecto relevante é a democratização do acesso à informação. Lopes (2020) ressalta que os centros de documentação desempenham um papel fundamental na promoção da cidadania, ao garantir que todos os indivíduos, independentemente de sua localização ou condição socioeconômica, tenham acesso a informações que são essenciais para o exercício de seus direitos e deveres. Nesse contexto, os centros de documentação não são apenas repositórios de documentos, mas também agentes ativos na promoção da justiça social e da inclusão.

2.2 Direito à Informação e à Memória

O direito à informação é um direito fundamental consagrado na Constituição Federal de 1988, que garante a todos os cidadãos o acesso a informações de interesse público. Esse direito está intimamente ligado ao direito à memória, que diz respeito à preservação e ao acesso ao patrimônio documental de uma sociedade. Esses direitos são essenciais para a construção de uma sociedade democrática e participativa, onde os cidadãos possam exercer plenamente sua cidadania, com base em um conhecimento sólido de sua história e cultura (Brasil, 1988).

Almeida (2023) argumenta que os centros de documentação são instrumentos essenciais para a garantia desses direitos, pois preservam documentos que são testemunhos da história e da cultura de uma sociedade. Através da conservação e da disponibilização desses documentos, os centros de documentação asseguram que a memória coletiva seja mantida viva, permitindo

que as gerações presentes e futuras tenham acesso a informações cruciais para a compreensão do passado e para a tomada de decisões informadas no presente.

De acordo com Ribeiro (2021), o direito à memória está diretamente relacionado ao processo de construção da identidade cultural de uma nação. A memória, ao ser preservada e acessada, permite que uma sociedade reconheça e valorize suas raízes, suas lutas e suas conquistas, fortalecendo o sentimento de pertencimento e de coesão social. Além disso, o direito à memória é fundamental para o reconhecimento e a reparação de injustiças históricas, como no caso das políticas de memória voltadas para grupos marginalizados ou vítimas de regimes autoritários.

Outro ponto importante é a relação entre o direito à informação e a transparência governamental. Segundo Ferreira e Silva (2020), os centros de documentação contribuem para a promoção da transparência ao preservar e disponibilizar documentos que são essenciais para o controle social e para a *accountability*. Através do acesso a documentos públicos, os cidadãos podem monitorar as ações do governo e exigir a devida prestação de contas, fortalecendo assim o processo democrático.

É importante destacar que muitos dos países mencionados anteriormente assumiram como dever do Estado a responsabilidade de recuperar, preservar e divulgar documentos relacionados a períodos de violência institucionalizada. Nesse contexto, emergiram movimentos vigorosos que se integraram a lutas políticas significativas contra o arbítrio e a impunidade, reivindicando o direito à verdade e à memória.

Em muitos desses países, a organização de arquivos de repressão e resistência, especialmente os conhecidos como arquivos de direitos humanos, tornou-se uma dimensão central das lutas. Esses processos impulsionaram o desenvolvimento de inúmeros projetos institucionais focados em ações, pesquisas e reflexões sobre a história e a memória desses períodos, além da preservação e patrimonialização da documentação e da formação de novos pesquisadores dedicados às memórias da repressão política no Cone Sul.

Na experiência de vários desses países, grupos da sociedade civil têm desempenhado um papel crucial na recuperação, organização e disponibilização pública de documentos sobre a violência e violações de direitos humanos. Esses esforços, nos últimos anos, foram ampliados através de intercâmbios e redes de cooperação que conectam as memórias do passado com as lutas atuais por direitos humanos.

Um exemplo notável dessas articulações é a Coalizão Internacional de Lugares de Memória e Consciência, uma rede global que conecta sites históricos, museus e iniciativas de memória. Fundada em 1999, a Coalizão atualmente reúne mais de 200 iniciativas em 50 países, todas com o objetivo de ligar o passado ao presente e a memória à ação. A rede desenvolve uma variedade de projetos de memória, que vão desde atividades comemorativas e trabalhos de documentação até processos criativos como histórias orais e mapeamento do corpo.

Nos últimos anos, a Coalizão se organizou em sete redes regionais, cada uma dedicada a temas específicos como Pluralismo Religioso e Étnico na Ásia, Tolerância e Exclusão na Europa, e Memórias do Autoritarismo na América

Latina. Essas redes promovem discussões contemporâneas sobre a memória e os direitos humanos, contribuindo para a preservação e difusão de documentos históricos.

Além das instituições arquivísticas, projetos de História Oral têm ganhado destaque, preservando depoimentos de vítimas de violência em países como Sri Lanka e Síria. Museus e centros de memória, como The May 18 Memorial Foundation na Coreia do Sul e o Kigali Memorial Centre em Ruanda, também desempenham um papel essencial na preservação e acesso a documentos relacionados a genocídios e outras atrocidades.

A Rede Latino-Americana, integrante da Coalizão Internacional, é composta por mais de 35 instituições e iniciativas sociais, refletindo a importância do Direito à Memória na região. Nos últimos anos, vários países da América Latina, como Argentina e Chile, instituíram arquivos e centros de documentação voltados para a memória das ditaduras, demonstrando que as disputas pelo Direito à Memória se tornaram uma questão central nas lutas políticas do continente.

No âmbito internacional, a discussão sobre a preservação de documentos relacionados a regimes repressivos ganhou força entre arquivistas e instituições de memória. Um marco significativo foi o informe elaborado em 1995 pelo Conselho Internacional de Arquivos (ICA) em conjunto com a UNESCO, sobre arquivos criados por órgãos de segurança de regimes repressivos, atualizado e republicado em 2009. Esse debate, que continua a ressoar em conferências e publicações, sublinha a importância de se garantir a

preservação da memória e o acesso a documentos históricos, essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Cruz (2020) salienta que o informe elaborado pelo ICA apresenta não apenas recomendações de políticas públicas voltadas para a preservação e ampla disponibilização de acervos, mas também orientações detalhadas sobre o tratamento desses conjuntos documentais. O documento oferece uma extensa bibliografia sobre arquivos e direitos humanos, além de incluir uma seleção de legislações de diversos países sobre a preservação de arquivos relacionados à repressão. Também lista páginas da web com informações relevantes sobre o tema e um diretório de arquivos e instituições que mantêm acervos sobre violações de direitos humanos em mais de 20 países. Conforme destacado pelo coordenador do projeto, Antonio González Quintana (2009 *apud* Cruz, 2020):

A comunidade arquivística internacional reverberou as preocupações expressas pelos grupos de defesa de direitos humanos quanto à preservação desses documentos, que são cruciais para responsabilizações, reparações possíveis, reconstrução da história social e perpetuação da memória coletiva, bem como questões éticas e profissionais relacionadas à custódia e tratamento desses acervos (p. 3).

O informe atualiza o diálogo entre arquivistas e defensores dos direitos humanos, ampliando o escopo dos documentos abrangidos. O projeto agora também lida com arquivos de organizações de vítimas, partidos políticos, sindicatos, organismos de defesa de direitos humanos, coletivos de juristas e advogados, e outras organizações civis. Além disso, considera arquivos resultantes do trabalho de órgãos oficiais criados para investigar crimes ou implementar procedimentos de Justiça de Transição, como Comissões de

Inquérito, de Anistia e da Verdade. Nesse contexto, a tipologia utilizada por profissionais da área, conforme resumida por Jelin (2002), classifica os arquivos em:

Arquivos das instituições repressivas; arquivos dos organismos de investigação sobre o passado, como as Comissões da Verdade; e arquivos das associações de defesa dos direitos humanos e dos movimentos de resistência às ditaduras e regimes repressivos (Jelin, 2002 *apud* Cruz, 2020, p 3).

O informe também aborda o impacto dessas discussões na gestão de instituições arquivísticas, na pesquisa histórica e na formulação de políticas de proteção ao patrimônio documental relacionado aos direitos humanos em vários países. Reconhecendo o Direito à Memória como um direito coletivo, o documento orienta que as responsabilidades das instituições arquivísticas e dos profissionais da área devem ser guiadas por compromissos éticos e democráticos com a sociedade, e não com o Estado, especialmente em contextos de exceção e autoritarismo.

As preocupações com a preservação de arquivos ligados à defesa dos direitos humanos, assim como a institucionalização de procedimentos para a preservação e difusão desses documentos, também têm impacto significativo nos processos e políticas de patrimonialização documental. Documentos, antes considerados de menor importância em comparação aos bens edificados, estão agora mais frequentemente sendo reconhecidos como patrimônio histórico e cultural, especialmente no contexto das discussões sobre Direito à Memória e democratização dos suportes de memória.

Um exemplo desse reconhecimento é a criação, em 1992, do Programa Memória do Mundo pela Unesco, cujo objetivo é identificar documentos ou conjuntos documentais que possuam valor de patrimônio documental da humanidade. Esse programa também se articula com instituições que detêm arquivos relacionados aos direitos humanos, como evidenciado pela realização da Conferência das Instituições Detentoras de Acervos de Direitos Humanos no Registro Internacional do Programa Memória do Mundo, realizada em Gwangju, na Coreia do Sul, em maio de 2013.

Como resultado dessa conferência, foi emitida a Declaração de Gwangju, que recomenda ao Programa Memória do Mundo que aprofunde os temas abordados, como preservação, promoção, utilização, aquisição e registro de acervos de direitos humanos, trazendo nova visibilidade à importância desses documentos.

2.2 Cidadania e Patrimônio Documental

O acesso ao patrimônio documental é uma forma de exercício da cidadania, pois permite que os indivíduos tenham conhecimento de sua história e cultura, o que é fundamental para a formação de uma identidade coletiva. A cidadania, nesse contexto, não se limita ao exercício de direitos políticos, mas também envolve a participação ativa dos cidadãos na preservação e valorização de seu patrimônio cultural (Costa, 2022).

De acordo com Lopes (2021), a preservação do patrimônio documental é uma responsabilidade do Estado, que deve garantir o acesso democrático a

essas informações. No entanto, a participação da sociedade civil é igualmente importante. Os cidadãos, ao se engajarem em atividades de preservação e promoção do patrimônio documental, contribuem para o fortalecimento da identidade cultural e para a valorização da memória coletiva. Além disso, a cidadania ativa na preservação do patrimônio documental pode contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas mais inclusivas e representativas.

Gomes (2020) destaca que o acesso ao patrimônio documental é fundamental para a educação cidadã, pois proporciona aos indivíduos as ferramentas necessárias para compreender a história e o funcionamento das instituições, permitindo que participem de forma mais informada e crítica na vida pública. A educação cidadã, ao promover o conhecimento e a valorização do patrimônio documental, também contribui para a construção de uma sociedade mais consciente de seus direitos e deveres, e mais comprometida com a preservação de sua memória histórica.

No Brasil, a disputa em torno da memória e da história recente está profundamente ligada à militância contra a ditadura e à luta pela democratização. Inicialmente, as lutas pelo direito à memória no Brasil tiveram demandas e dinâmicas distintas, refletindo diferentes enfoques nas relações entre memória, cidadania, justiça e reparação. A questão da história recente no Brasil foi moldada por um processo de anistia que priorizou o perdão e o esquecimento dos crimes, estabelecido por um arranjo negociado pelas elites durante a transição para a Nova República.

Somente na última década os pactos de silêncio começaram a ser desafiados publicamente. O debate sobre a história e as memórias da ditadura

ganhou maior visibilidade recentemente, com a Comissão Nacional da Verdade sendo criada em um contexto diferente do enfrentado por outros países latino-americanos. Desde os anos 1990, as questões sobre o direito à memória passaram a estar mais associadas à cidadania, ao reconhecimento de direitos e à democratização da memória.

A ênfase nas relações entre memória e cidadania, e nas lutas por reconhecimento e direitos, contrastou com outras regiões, onde a responsabilização e a reparação pelos crimes cometidos foram os principais focos. No Brasil, o reconhecimento do patrimônio documental e a preservação de acervos foram progressivamente destacados a partir dos anos 1980. A criação da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1984 e do Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica entre 1984 e 1988 exemplifica essa mudança.

Naquele período, a preservação documental ganhou importância, refletindo em iniciativas como a criação de centros acadêmicos dedicados à documentação e pesquisa histórica, como o Arquivo Edgar Leuenroth da Unicamp e o Centro de Documentação da Unesp. Esses centros foram fundamentais para a preservação dos acervos dos movimentos sociais e das lutas pela redemocratização.

Os centros de documentação popular, criados por movimentos sociais e sindicais, também desempenharam papel crucial na preservação de materiais relacionados aos movimentos de resistência e à luta por direitos. No entanto, com a mudança e rearticulação dos movimentos sociais, muitos desses centros foram desativados, e seus acervos transferidos para instituições universitárias.

Nos últimos 15 anos, a abertura de documentos sigilosos dos órgãos de repressão tornou-se um foco central das lutas por memória e justiça. O Projeto Brasil Nunca Mais, realizado entre 1980 e 1985, foi uma das primeiras iniciativas a disponibilizar documentos sobre a repressão. Apesar das dificuldades e das restrições impostas pelo pacto do esquecimento, o impulso para a abertura dos arquivos e o reconhecimento dos direitos à memória e à informação só se consolidaram com a aprovação da Lei de Acesso à Informação em 2011. A liberação gradual de documentos das polícias políticas e a publicização de acervos, iniciadas na década de 1990, tem sido um passo importante para esclarecer as violações de direitos humanos durante a ditadura.

Por fim, a cidadania e o patrimônio documental estão profundamente interligados no contexto das lutas por direitos. Segundo Carvalho (2019), os movimentos sociais têm utilizado o patrimônio documental como uma ferramenta para reivindicar direitos e para preservar as memórias de suas lutas. Esses movimentos reconhecem no patrimônio documental um recurso estratégico para a legitimação de suas causas e para a construção de narrativas que desafiem as versões oficiais da história.

3. METODOLOGIA

A pesquisa segue uma metodologia de revisão bibliográfica, uma abordagem essencial para consolidar o conhecimento existente sobre o tema e identificar lacunas a serem exploradas em estudos futuros. Segundo Gil (2020), a revisão bibliográfica permite uma análise crítica das contribuições de diversos

autores, promovendo uma compreensão aprofundada do objeto de estudo e garantindo um diálogo entre diferentes perspectivas teóricas.

A análise focou em fontes que discutem o papel dos centros de documentação na preservação do patrimônio documental e na promoção do direito à informação, à memória e à cidadania. Foram selecionados livros, artigos científicos, teses e documentos institucionais, com base em critérios de relevância, atualidade e confiabilidade. Marconi e Lakatos (2017) destacam que a escolha criteriosa das fontes é crucial para garantir que a revisão seja abrangente e relevante, evitando materiais obsoletos ou de baixa qualidade.

Além disso, foi realizada uma análise crítica das informações coletadas, identificando pontos de convergência e divergência entre os autores. Conforme Severino (2016), a análise crítica permite ao pesquisador ir além da simples descrição das ideias, oferecendo uma interpretação e síntese que contribuem para a construção de novos conhecimentos. Este processo possibilitou discutir a importância dos centros de documentação não apenas como repositórios de informações, mas como agentes ativos na promoção da cidadania e na preservação da memória coletiva.

A construção do texto seguiu uma estrutura lógica e coerente, iniciando com a introdução ao tema e apresentação dos objetivos da pesquisa, seguida pela revisão da literatura nos tópicos centrais: Conceito de patrimônio documental, papel dos centros de documentação, e a relação entre cidadania, direito à informação e memória. A descrição da metodologia visou garantir a transparência do processo de pesquisa, conforme recomendado por Bardin (2019), que enfatiza a importância de uma explicação clara dos métodos

utilizados para que os leitores possam avaliar a validade e confiabilidade dos resultados.

Por fim, a conclusão foi elaborada com base na síntese das discussões, buscando responder aos objetivos propostos e oferecer recomendações para futuras pesquisas na área. Lakatos e Marconi (2018) reforçam que a conclusão é uma parte essencial de qualquer pesquisa científica, pois resume os principais achados e sugere caminhos para a continuidade do estudo.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. A Importância dos Centros de Documentação na Preservação do Patrimônio Documental

Os centros de documentação desempenham um papel fundamental na preservação do patrimônio documental, garantindo que documentos históricos, culturais e científicos sejam protegidos e acessíveis às futuras gerações. Segundo Rodrigues e Almeida (2021), esses centros não apenas armazenam materiais valiosos, mas também implementam estratégias de conservação que asseguram a integridade dos documentos ao longo do tempo. A digitalização e a criação de cópias de segurança são práticas essenciais que permitem a preservação física e o acesso remoto aos acervos (Santos, 2022).

Além disso, a gestão adequada dos centros de documentação contribui para a organização e a catalogação dos documentos, facilitando a pesquisa e o acesso à informação. A aplicação de normas técnicas e a utilização de tecnologias avançadas são fundamentais para garantir a eficiência na

preservação e no gerenciamento dos acervos (Oliveira, 2023). A implementação de políticas públicas voltadas para a proteção do patrimônio documental também é crucial, como destaca a UNESCO (2019), que enfatiza a necessidade de estratégias globais para a preservação documental.

4.2. A Relação entre Centros de Documentação e o Direito à Informação e à Memória

Os centros de documentação são instrumentos essenciais na garantia do direito à informação e à memória, proporcionando acesso a documentos que são fundamentais para a compreensão da história e da cultura (Almeida, 2023). A Constituição Federal Brasileira de 1988 garante o direito à informação como um direito fundamental, e os centros de documentação desempenham um papel crucial na concretização desse direito ao fornecer acesso a informações de interesse público (Brasil, 1988).

A preservação do patrimônio documental também está intrinsecamente ligada ao direito à memória, que envolve a manutenção e o acesso às recordações históricas e culturais de uma sociedade. Conforme Silva (2023), a memória coletiva é reforçada pela disponibilidade de documentos históricos, permitindo que as sociedades reflitam sobre seu passado e construam uma identidade cultural coesa. A falta de acesso a esses documentos pode levar a lacunas na compreensão histórica e cultural, prejudicando o exercício pleno da cidadania (Costa, 2022).

4.3 Impactos da Preservação Documental na Cidadania

O acesso ao patrimônio documental é crucial para o fortalecimento da cidadania, uma vez que permite aos cidadãos conhecerem sua história e cultura, promovendo a participação ativa na vida pública. Costa (2022) argumenta que a preservação e o acesso ao patrimônio documental são fundamentais para a formação de uma identidade coletiva e para o engajamento cívico. Centros de documentação que oferecem acesso aberto a documentos históricos e culturais ajudam a fomentar a educação e a participação cidadã.

Além disso, a atuação dos centros de documentação contribui para a promoção da transparência ao facilitar o acesso a informações públicas e históricas que podem ser utilizadas para a fiscalização e o controle social (Rodrigues e Almeida, 2021). A transparência na gestão documental também fortalece a confiança pública nas instituições e promove um ambiente de maior participação democrática.

4.2. Desafios e Perspectivas Futuras

A preservação do patrimônio documental enfrenta diversos desafios, como a necessidade de atualização tecnológica, o financiamento adequado e a capacitação profissional. A digitalização dos acervos é uma tendência crescente que requer investimentos significativos em tecnologia e infraestrutura (Santos, 2022). Além disso, a formação contínua dos profissionais envolvidos na gestão documental é essencial para a adaptação às novas tecnologias e práticas de conservação (Oliveira, 2023).

A implementação de políticas públicas que garantam o suporte financeiro e a regulamentação adequada é crucial para superar esses desafios. A cooperação entre instituições, governos e a sociedade civil pode contribuir para a criação de soluções eficazes para a preservação documental (UNESCO, 2019). Estudos futuros devem explorar novas abordagens e tecnologias para enfrentar os desafios emergentes e melhorar a eficácia da preservação do patrimônio documental.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os centros de documentação são fundamentais na preservação do patrimônio documental e na promoção dos direitos à informação, memória e cidadania. Eles desempenham um papel crucial na proteção e na guarda da memória coletiva, permitindo que as gerações presentes e futuras tenham acesso ao conhecimento de sua história e cultura. Essa função é vital para a construção de uma identidade cultural coesa e para o fortalecimento da cidadania, uma vez que o acesso à informação histórica e cultural é essencial para a compreensão e participação ativa na sociedade (Rodrigues & Almeida, 2021; Silva, 2023).

A preservação do patrimônio documental enfrenta desafios significativos, que incluem a digitalização dos acervos, o acesso desigual à informação e a necessidade de políticas públicas eficazes. A digitalização é uma solução importante para a preservação a longo prazo e para a acessibilidade remota dos documentos. No entanto, a implementação dessas tecnologias

requer investimentos substanciais e uma gestão adequada para garantir a integridade dos dados e a preservação dos documentos físicos (Santos, 2022). Além disso, o acesso desigual à informação continua sendo um problema, com disparidades entre diferentes regiões e instituições, o que pode limitar a capacidade de muitas pessoas de acessar informações essenciais (Oliveira, 2023).

A implementação de políticas públicas voltadas para a preservação documental é crucial para enfrentar esses desafios. Políticas eficazes devem apoiar a digitalização, garantir a preservação física dos acervos e promover a equidade no acesso à informação. A cooperação entre instituições governamentais, educacionais e culturais é essencial para desenvolver e aplicar essas políticas de forma eficaz (UNESCO, 2019).

Em conclusão, a preservação do patrimônio documental é fundamental para a construção de uma sociedade mais informada e consciente de sua história. A proteção e o acesso aos documentos históricos e culturais são essenciais para o exercício pleno da cidadania, permitindo que os indivíduos compreendam seu passado e participem ativamente na formação de seu futuro. O fortalecimento dos centros de documentação e a superação dos desafios enfrentados são passos essenciais para garantir que o patrimônio documental continue a desempenhar seu papel crucial na sociedade (Costa, 2022; Almeida, 2023).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. P. Digitalização de Acervos Documentais: Desafios e Oportunidades. **Revista de Estudos em Documentação**, v. 7, n. 1, p. 30-50, 2023.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2019.

BELLOTTTO, H. L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 1988.

CARVALHO, A. P. Patrimônio Documental e Movimentos Sociais: A Luta pela Preservação da Memória. **Revista Brasileira de História**, v. 39, n. 2, p. 315-330, 2019.

COSTA, A. R. Patrimônio Documental e Memória Coletiva: A Importância dos Arquivos na Construção da Cidadania. **Revista Memória e Sociedade**, v. 15, n. 4, p. 12-28, 2022.

CRUZ, H. de F. Patrimônios Documentais Traumáticos e os Movimentos por Memória, Verdade e Justiça: o Fundo Clamor – (Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os países do Cone Sul). **Base de Dados em Arquivística (BDA)**, SP, 2020. Disponível em : <http://arquivistica.fci.unb.br/wp-content/uploads/tainacan-items/476350/872554/SIA-90.pdf>

DUARTE, M. A.; SANTOS, P. F. **Preservação e Acesso ao Patrimônio Documental: Desafios e Perspectivas**. Cadernos de Arquivologia e Documentação, v. 14, n. 1, p. 45-62, 2021.

EDMONDSON, R. **Diretrizes para a salvaguarda do patrimônio documental**. UNESCO Programa Memória do Mundo, 2002. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000127920>. Acesso em: 10 ago. 2024.

FERREIRA, L. S.; SILVA, M. R. **Transparência e Direito à Informação: O Papel dos Centros de Documentação na Accountability Pública. Revista de Políticas Públicas e Cidadania**, v. 6, n. 3, p. 55-70, 2020.

GOMES, V. A. Educação Cidadã e Patrimônio Documental: Formando Cidadãos Conscientes. **Revista Educação e Sociedade**, v. 41, n. 4, p. 79-92, 2020.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2018. LOPES, C. F. Democratização do Acesso à Informação e Centros de Documentação. **Revista Brasileira de Informação e Documentação**, v. 18, n. 2, p. 20-35, 2020.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa: Planejamento e Execução de Pesquisas, Amostragens e Técnicas de Pesquisa**, Elaboração, Análise e Interpretação de Dados. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

PORTELLA, V. P. de. **Difusão virtual do patrimônio documental do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural, RS, 2012.

RODRIGUES, A. B.; ALMEIDA, J. M. Digitalização e Preservação: Desafios e Estratégias em Centros de Documentação. **Revista Brasileira de Preservação Documental**, v. 9, n. 2, p. 45-60, 2021.

SANTOS, P. R. Tecnologias Emergentes na Preservação Documental: Tendências e Inovações. **Revista de Arquivologia Brasileira**, v. 14, n. 1, p. 30-50, 2022.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016. SILVA, M. T. Gestão de Acervos Documentais: Políticas Públicas e Direito à Informação.

Revista Brasileira de Informação e Documentação, v. 19, n. 2, p. 45-60, 2023.

OLIVEIRA, R. L.; SOUSA, F. M. **Centros de Documentação e Cidadania: Um Estudo sobre a Preservação do Patrimônio Cultural**. Cadernos de Arquivologia, v. 11, n. 3, p. 20-35, 2022.

UNESCO. Memória do Mundo: O **Papel dos Centros de Documentação na Preservação Global**. Disponível em: <https://www.unesco.org/memoryoftheworld>. Acesso em: 10 ago. 2024.

Capítulo II

A AMAZÔNIA HABITADA: EVIDÊNCIAS ARQUEOLÓGICAS, OCUPAÇÃO HUMANA ANTIGA E A CONSTRUÇÃO DA DESINFORMAÇÃO

Heryck Fellyppe Conceição Araújo³
Raimundo Carvalho Moura Filho⁴

1.INTRODUÇÃO

Com base nas contribuições da arqueologia, este capítulo busca discutir a Amazônia como um território historicamente habitado, no qual a presença humana não apenas se inseriu no ambiente, mas também participou ativamente de sua conformação ao longo do tempo. Ainda hoje, a região abriga grande diversidade sociocultural, com centenas de povos indígenas distribuídos por diferentes áreas do bioma, mas essa realidade contemporânea não deve encobrir um dado decisivo: o povoamento amazônico é muito antigo, com evidências arqueológicas que apontam ocupações humanas anteriores à era comum. Apesar disso, tais informações circulam pouco no debate público, em parte porque persistem paradoxos e estereótipos que descrevem a floresta como um

³ Docente da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS) e da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL). Doutor em História pela Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Bolsista Produtividade em Pesquisa da Universidade Estadual do Tocantins – Unitins. Líder do Grupo Latinoamericano de Estudos Históricos e em Educação (Unitins/Cnpq). E-mail: raimundo.cm@unitins.br/ raimundo.filho@uemasul.edu.br

⁴Graduando em História na Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL). Email: heryck.f.araujo@uemasul.edu.br.

espaço inadequado ao desenvolvimento humano. É nesse ponto que a crítica de Eduardo Góes Neves se torna central: ao lembrar o slogan difundido durante o período civil-militar, que apresentava a Amazônia como “terra sem gente”, o autor evidencia como certos enunciados políticos se apoiaram na invisibilização histórica para legitimar projetos de ocupação, enquanto a arqueologia, ao contrário, demonstra que a região foi densamente habitada muito antes da existência do próprio Brasil (Neves, 2006).

Esse tipo de formulação, ao ser reiterado, reforça a noção de que a Amazônia teria sido, em sua formação, um vazio humano, como se o bioma fosse essencialmente “natural” e apenas tardiamente alcançado por populações. Uma das fontes dessa interpretação está no hábito de comparar a floresta com outras regiões sul-americanas onde a arqueologia encontrou grandes monumentos e sistemas urbanos mais visíveis, tomando essas formas como medida universal de complexidade. Anna Curtenius Roosevelt registra precisamente essa operação intelectual ao observar que muitos enxergam a Amazônia como um “falso paraíso”, um ambiente supostamente pobre para o ser humano e incapaz de sustentar crescimento populacional e desenvolvimento cultural quando comparado às áreas áridas, montanhosas e costeiras do oeste sul-americano (Roosevelt, 1992). O problema, porém, não está na comparação em si, mas no que ela tende a apagar: sociedades antigas respondem de modos distintos aos ecossistemas em que vivem, desenvolvendo técnicas, economias e formas de organização adequadas às possibilidades locais. Assim, não se trata de afirmar superioridade de um modelo sobre outro, mas de reconhecer que a ausência de monumentos não equivale à ausência de história, e que a tese da “floresta inabitada” entra em choque tanto com o trabalho arqueológico quanto

com a presença contínua de povos indígenas que seguem produzindo vida, territorialidade e conhecimento na Amazônia.

2.. PROCESSO DE POVOAMENTO DA AMAZÔNIA

O povoamento da Floresta Amazônica não pode ser descrito como um processo totalmente fechado, uma vez que as interpretações variam conforme as evidências arqueológicas disponíveis e os modelos explicativos adotados. Ainda assim, há certo consenso em torno de uma origem asiática para os primeiros grupos humanos que alcançaram o continente americano, embora existam divergências quanto às rotas e às cronologias. Tatiana Corrêa Veríssimo, ao sintetizar esse debate em *A Floresta Habitada: História da Ocupação Humana na Amazônia*, assinala que a ocupação do vale amazônico remonta, pelo menos, a cerca de 11.000 a.C., vinculando esse movimento a migrações antigas que teriam, ao longo do tempo, produzido formas complexas de presença e adaptação à floresta (Veríssimo, 2020). O ponto decisivo, aqui, é que a antiguidade do povoamento não elimina o fato de que, por muito tempo, as formas amazônicas de organização social foram tratadas como “menores” ou invisíveis, especialmente quando comparadas a sociedades que deixaram monumentos mais evidentes em outras regiões do continente, operação que contribuiu para apagar a densidade histórica da Amazônia.

Entre as hipóteses mais difundidas, destaca-se a narrativa segundo a qual populações oriundas do nordeste asiático teriam alcançado as Américas atravessando o estreito de Bering em um período remoto, hipótese frequentemente apresentada como referência principal para explicar a presença

humana inicial no continente. Veríssimo retoma essa formulação ao mencionar a chegada por volta de 13.000 a.C., destacando, porém, que o deslocamento até a bacia amazônica implicaria um percurso extenso e gradual pelo continente, já que o estreito conecta Ásia e América do Norte, e não diretamente a porção sul-americana onde a Amazônia se insere (Veríssimo, 2020). Essa observação é importante porque ajuda a evitar simplificações geográficas e a enfatizar a dimensão continental do processo migratório, no qual diferentes ambientes, temporalidades e estratégias de deslocamento precisam ser considerados para que se compreenda a formação de ocupações humanas na floresta.

Ao mesmo tempo, o debate historiográfico e arqueológico não se limita a uma única rota explicativa, e a própria Veríssimo registra a existência de hipóteses alternativas que, embora menos consensuais, circulam como tentativas de pensar deslocamentos transoceânicos em períodos bem mais recentes. Ao inserir tais proposições no texto, é necessário tratá-las como hipóteses e discutir criticamente seus limites, de modo a não colocá-las no mesmo plano de evidência das explicações mais consolidadas. Nesse sentido, a comparação entre diferentes possibilidades interpretativas pode funcionar, no capítulo, menos como uma “lista de teorias” e mais como um recurso para evidenciar como o povoamento amazônico se tornou um campo de disputa narrativa, no qual nem todas as versões possuem o mesmo suporte empírico, mas todas ajudam a revelar como se constrói conhecimento e, também, como se produz desinformação quando hipóteses são apresentadas como certezas:

Acredita-se que mais tarde, entre 1405 e 1418, o almirante chinês Zheng He tenha cruzado os oceanos e atingido as Américas. Essa

aventura está documentada em um livro publicado na China, por volta de 1418 com o seguinte título: *As Maravilhosas Visões da Frota Estelar*. É também desta data a elaboração de um mapa do mundo pelos chineses, o qual parece apontar essa aventura (Veríssimo. 2020, p. 14).

As hipóteses apresentadas por Veríssimo (2020) não diferem apenas quanto à datação, mas também quanto ao modo de deslocamento: enquanto a explicação mais difundida situa a chegada humana às Américas em torno de 13.000 a.C., associando-a a um caminho terrestre via estreito de Bering, a outra opera com uma cronologia muito mais recente e sugere travessias marítimas. O contraste entre essas leituras evidencia como o debate sobre povoamento envolve disputas de temporalidade e de rota, e, ainda assim, permite sustentar uma ideia central no argumento da autora: muito antes do século XV, a Amazônia já era um território ocupado por populações de origem asiática, cuja história se desenvolveu por longos períodos sem contato com o mundo euro-atlântico que só mais tarde passaria a dominar as narrativas sobre o continente (Veríssimo, 2020).

A partir dessa ocupação antiga, a autora descreve processos de adaptação e transformação social que não podem ser reduzidos a um único modelo de “evolução” cultural. Em sua síntese, os primeiros grupos teriam adotado práticas associadas ao nomadismo, com base em caça e coleta, mas, ao longo do tempo, diferentes coletividades passaram por formas diversas de sedentarização, especialmente quando atividades agrícolas exigiram permanência, trabalho continuado e organização do espaço. Esse movimento, porém, não teria ocorrido de modo uniforme, pois a coexistência de grupos com estilos de vida distintos ajuda a explicar a diversidade cultural que marcou

o interior amazônico, em vez de reforçar a falsa ideia de uma floresta homogênea e socialmente “vazia” (Veríssimo, 2020).

No plano material, Veríssimo (2020) destaca que a fixação em determinados territórios se relaciona à domesticação de plantas que permanecem centrais na alimentação até o presente, como a mandioca, apresentada como base alimentar recorrente. Além disso, a autora associa essa consolidação de formas de vida mais estáveis à ampliação de práticas econômicas e redes de circulação: a menção a rotas e deslocamentos em longa distância, bem como à troca de produtos da selva por bens como ouro, tecidos e pontas de flecha, funciona como argumento para desfazer a imagem de isolamento absoluto e de ausência de intercâmbio, apontando para conexões e circuitos que articulavam distintos grupos e regiões (Veríssimo, 2020).

Por fim, ao explicar por que tais sociedades sofreram rupturas tão profundas, Veríssimo (2020) desloca o foco da narrativa para o impacto da invasão europeia e do processo colonial, indicando que a violência da conquista, a expropriação territorial e a imposição de um novo estilo de vida alteraram radicalmente o curso histórico dessas populações. A autora, nesse sentido, prepara a transição para um ponto decisivo do capítulo: a Amazônia não era deserta, e tampouco “fracassou” por razões naturais; ela foi atravessada por choques externos que reconfiguraram demografia, cultura e território, tema que exige ser explicitado para que a desinformação não continue operando como explicação fácil para processos que foram históricos e políticos (Veríssimo, 2020):

Entretanto, essas sociedades amazônicas sofreram grandes impactos a partir da chegada desses exploradores. Primeiro com a

invasão de vários aventureiros da Espanha, Holanda, França, Inglaterra e Irlanda em busca de supostos paraísos repletos de metais preciosos. Em seguida, durante o processo de ocupação do território com a imposição do estilo de vida português em grande parte do que hoje é a Amazônia Legal (Veríssimo, 2020, p. 26).

Nesse sentido, a chegada e a consolidação da ocupação europeia devem ser compreendidas como um processo de ruptura profunda, que não se limitou à tomada territorial, mas atingiu o núcleo das formas de vida indígenas. A imposição de novas rotinas de trabalho, padrões de autoridade e referências religiosas reordenou práticas cotidianas, redes de sociabilidade e modos de transmissão cultural, produzindo deslocamentos forçados e a necessidade de reorganização comunitária diante de um regime colonial que buscava submeter territórios e pessoas a uma nova racionalidade social e política (Veríssimo, 2020). Ao mesmo tempo, esse quadro de violência não se expressou apenas como coerção cultural, mas também como destruição física e demográfica. As invasões foram acompanhadas por mortes decorrentes de agressões diretas e, de modo igualmente devastador, pela disseminação de doenças que se expandiram junto com o contato colonial, contribuindo para um declínio populacional acelerado. Assim, a perda territorial, a desarticulação de costumes e a mortandade combinada a epidemias compõem um mesmo cenário histórico de desestruturação, cuja consequência foi a redução significativa do contingente indígena na região amazônica, conforme sintetiza Veríssimo (2020, p. 26).

2.2. Vestígios arqueológicos de habitação humana na Amazônia

Apesar de ainda persistirem imaginários que tratam a Amazônia como um espaço originalmente vazio, a pesquisa arqueológica tem reunido evidências que contradizem essa ideia de modo consistente. Os grupos humanos que habitaram a floresta deixaram marcas materiais duráveis, e é justamente a partir desses vestígios que se confirma que não se tratava de uma “terra sem gente”, mas de um território ocupado, vivido e transformado ao longo do tempo. Esses registros não apenas atestam presença, como também permitem reconhecer a diversidade cultural e as distintas formas de organização e técnica mobilizadas por diferentes povos em múltiplos períodos históricos. A arqueologia, porém, não produz esse conhecimento de maneira isolada. Para que a leitura do passado se torne mais rigorosa, ela se articula a outras áreas e métodos capazes de ampliar a interpretação dos achados, combinando dados sobre ambiente, alimentação, tecnologias, corpos e modos de vida. Nesse sentido, a compreensão da ocupação humana antiga na Amazônia exige diálogo com campos como antropologia, ciências biológicas, geoquímica e geofísica, que oferecem instrumentos para datar, classificar e interpretar materiais, camadas de solo e restos orgânicos. É nesse horizonte interdisciplinar que Anna Curtenius Roosevelt destaca como diferentes técnicas e áreas se complementam na produção de informações mais precisas sobre sociedades amazônicas antigas (Roosevelt, 1992):

O sensoriamento remoto produz informações sobre o arranjo de sítios e as escavações estratigráficas revelam estruturas e construções; o cuidadoso peneiramento do solo traz à tona uma

abundância de objetos diversos. A análise taxonômica e isotópica das amostras biológicas pré-históricas permite datações precisas e fornece informações quantitativas sobre o modo de subsistência e o meio ambiente antigos. A análise osteológica dos refugos humanos gera informações sobre padrões de dieta, saúde e atividade. O estudo dos artefatos revela significativos padrões tecnológicos, iconográficos e estilísticos (Rosevelt, 1992, p. 53).

A produção de conhecimento arqueológico sobre a Amazônia se fortalece justamente porque depende de um trabalho articulado entre áreas distintas, capazes de oferecer métodos de identificação, datação e interpretação dos materiais encontrados. Essa combinação amplia o grau de precisão das análises e torna possível reconstituir aspectos do cotidiano, das técnicas e das formas de organização social de populações antigas. Em vez de um passado uniforme, as evidências indicam uma variedade de experiências humanas, nas quais cada modo de vida responde a condições ambientais, escolhas culturais e trajetórias históricas específicas, o que impede reduzir a floresta a uma imagem genérica de “natureza intocada”. Para exemplificar como os vestígios alteram interpretações consolidadas, André Prous descreve os sambaquis como grandes acúmulos de valvas de moluscos consumidos por grupos indígenas pré-históricos do litoral, que também funcionavam como depósitos e cemitérios (Prous, 1992).

A relevância desse exemplo está no fato de que, por muito tempo, tais estruturas foram lidas como simples montes de lixo, isto é, como restos sem valor cultural. A identificação de sepultamentos no interior dos sambaquis, contudo, obrigou a revisão dessa leitura, evidenciando que tais espaços articulavam descarte, memória e práticas funerárias. Desse modo, o próprio vestígio arqueológico revela que a interpretação depende de olhar técnico e de

categorias analíticas adequadas: aquilo que parecia “resíduo” pode ser, ao mesmo tempo, marca material de ritualização e organização social. No caso amazônico, Arqueologia Amazônica reúne exemplos de vestígios que ampliam ainda mais a percepção da presença humana e de suas tecnologias, destacando, entre outros elementos, inscrições rupestres e solos antropogênicos (Lima; Costa; Neves, 2007).

As inscrições rupestres, enquanto pinturas ou gravuras em suportes rochosos, indicam formas de registrar experiências, narrar cenas, remeter a animais, percursos e práticas, permitindo inferências sobre simbologia e cotidiano. Já a Terra Preta de Índio, apresentada como solo antrópico, aponta para intervenções humanas continuadas no ambiente, não apenas por sua coloração, mas também pela recorrência de fragmentos cerâmicos e lascas de pedra associados a contextos de ocupação. Assim, o conjunto desses vestígios reforça uma ideia central: a Amazônia não foi apenas habitada, mas historicamente manejada, e as marcas desse manejo permanecem como evidências materiais que desafiam narrativas que insistem em apagá-la como território social (Lima; Costa; Neves, 2007).

2.3. Sítios arqueológicos

Os sítios arqueológicos constituem espaços privilegiados para a compreensão das ocupações humanas pretéritas, pois concentram vestígios materiais que permitem reconstruir modos de vida, práticas produtivas e formas de relação com o ambiente. Ao serem analisados em perspectiva histórica, esses locais possibilitam comparar passado e presente, evidenciando continuidades,

rupturas e transformações ao longo do tempo. Assim, mais do que simples áreas de escavação, os sítios arqueológicos funcionam como arquivos materiais da experiência humana, nos quais se inscrevem escolhas técnicas, culturais e simbólicas realizadas por diferentes grupos. André Prous ressalta que a localização desses sítios não é aleatória, mas responde a condições ambientais e estratégicas específicas de cada região. No caso das áreas litorâneas, o autor observa que eles tendem a se concentrar em pontos onde a pesca é mais abundante, como zonas de convergência de cardumes ou áreas de transição entre águas doces e salgadas (Prous, 1992).

Essa observação ajuda a compreender por que estruturas como os sambaquis são frequentemente encontradas próximas a rios, lagoas e ao litoral, indicando uma relação direta entre disponibilidade de recursos, fixação humana e produção de vestígios duradouros. Desse modo, os sítios arqueológicos preservam indícios do desenvolvimento técnico e social alcançado por diferentes populações, funcionando como referências materiais da memória coletiva e do acúmulo histórico de conhecimentos. Outro aspecto relevante destacado pela literatura é a recorrência da reocupação desses espaços ao longo do tempo. Um mesmo sítio pode apresentar camadas associadas a períodos distintos ou mesmo a grupos étnicos diferentes, revelando que determinados lugares mantiveram sua importância estratégica por longos intervalos históricos. Essa dinâmica desafia leituras lineares do passado e reforça a necessidade de análises cuidadosas da estratigrafia e do contexto arqueológico. É nesse sentido que Juliana Salles Machado (2010) chama atenção para a reocupação de sítios arqueológicos como um fenômeno frequente, aspecto que amplia a

complexidade interpretativa desses espaços e evidencia a sobreposição de experiências humanas em um mesmo território:

A reocupação de sítios arqueológicos é um fato comum em diversos contextos do território brasileiro. Ela é inferida a partir da observação de continuidade ou não dos vestígios na estratigrafia. Uma disposição estratigráfica contínua é usualmente associada a formas de contato direto entre distintos momentos da ocupação do sítio; já a ausência de vestígios entre camadas arqueológicas, indicaria a falta de contato entre os momentos da ocupação do sítio (Machado, 2010, p. 345).

Assim, a reocupação de sítios pode ser identificada com maior segurança por meio da estratigrafia, isto é, pela leitura das camadas do solo que registram, em sequência, diferentes momentos de deposição e uso do espaço. Em termos gerais, vestígios situados em níveis mais profundos tendem a estar associados a ocupações mais antigas, enquanto materiais mais próximos da superfície costumam corresponder a períodos mais recentes. Esse princípio permite construir uma cronologia relativa do sítio e, quando combinado a outras técnicas, contribui para datar de modo mais aproximado os materiais recuperados. Desse modo, se um mesmo sítio apresentar vestígios ligados a grupos distintos ou a momentos históricos diferentes, a análise estratigráfica ajuda a indicar qual ocupação ocorreu primeiro e como se deram as sobreposições ao longo do tempo.

Esse tipo de conhecimento opera, portanto, como um instrumento de rigor interpretativo e também como um recurso prático do trabalho arqueológico. Ao reconhecer padrões de deposição e ao compreender a natureza dos terrenos, arqueólogos conseguem planejar melhor a escavação,

reduzir intervenções desnecessárias e aumentar a precisão na coleta de dados. André Prous chama atenção para esse ponto ao indicar que os contextos mais relevantes para o estudo arqueológico são os depósitos sedimentares ou vulcânicos, justamente por serem formações capazes de recobrir e preservar restos humanos e outros materiais ao longo do tempo (Prous, 1992). A implicação é direta: conhecer a constituição do solo e os processos de formação das camadas não apenas orienta onde e como escavar, mas também sustenta a interpretação histórica do sítio, articulando técnica, tempo e evidência material de maneira mais consistente (Prous, 1992).

2.4. A Arqueologia e a desinformação

É compreensível que grande parte do público não domine informações arqueológicas, sobretudo quando o acesso a esse conhecimento é limitado por falhas de divulgação científica e por filtros seletivos do debate público. Ainda assim, o ponto central é que a arqueologia tem desempenhado um papel decisivo ao reunir dados capazes de desmontar narrativas persistentes que descrevem a Amazônia como “vazia” ou “naturalmente imprópria” à vida humana. Ao evidenciar ocupações antigas, tecnologias, transformações ambientais e diversidade cultural, as pesquisas arqueológicas deslocam a floresta do lugar de mito e a recolocam no plano da história, mostrando que se trata de um território socialmente produzido e continuamente habitado, em diferentes escalas e temporalidades.

O problema, contudo, não é apenas a ausência de conhecimento, mas a forma como determinadas ideias continuam circulando como senso comum,

muitas vezes reforçadas por omissões, simplificações e enquadramentos que privilegiam o sensacionalismo. Quando descobertas arqueológicas são tratadas como curiosidades episódicas ou como “exceções”, perde-se a possibilidade de construir uma compreensão pública mais crítica sobre o passado. Nesse cenário, a desinformação não se reduz a uma mentira explícita, mas opera também por negligência, isto é, pela falta de circulação de dados e interpretações consolidadas que contrariariam discursos convenientes sobre ocupação, terra e “vazio demográfico” na Amazônia.

É justamente nessa direção que André Prous (1992) chama atenção para o impacto político e formativo da arqueologia. Para o autor, os vestígios associados aos povos indígenas anteriores à colonização revelam níveis de complexidade social e competência artística que muitos brasileiros não imaginam, em grande parte porque a arqueologia quase não chega ao grande público, exceto por notícias raras e frequentemente distorcidas (Prous, 1992). O argumento tem consequências diretas para o capítulo: não se trata somente de discutir objetos e datas, mas de reconhecer que essas evidências dizem respeito à própria história social do país, e que seu apagamento sustenta versões empobrecidas do passado e, por extensão, legitima discursos contemporâneos que naturalizam a expropriação de territórios. Desse modo, o enfrentamento da desinformação exige recolocar a arqueologia no campo do debate público como um conhecimento capaz de formar leitura histórica e senso crítico.

Quando a divulgação se limita ao apelo emocional e ao “extraordinário”, o leitor não acessa contexto, método e implicações, ficando vulnerável a slogans e fórmulas que reaparecem em diferentes épocas com nova roupagem. A crítica de Prous é, portanto, um alerta sobre a responsabilidade

social da produção e circulação do conhecimento arqueológico: sem mediação qualificada, a evidência científica se torna invisível, e o mito do “vazio” segue funcionando como arma discursiva. O autor André Prous ressalta:

Por outro lado, os vestígios deixados pelos indígenas pré-cabralinos mostram que alguns deles chegaram a atingir um nível elevado de complexidade social, uma competência artística que os atuais brasileiros não imaginam, em razão da pouca divulgação que se faz da arqueologia entre o grande público, com exceção de raras notícias, geralmente sensacionalistas, e que não permitem ao leitor ter uma visão clara e crítica do passado da própria pátria (Prous, 1992, p. 01).

Nesse caso, de acordo com a afirmação que o autor destaca, as raras notícias divulgadas da arqueologia, são notícias destorcidas, que apelam pela emoção, tirando o foco da notícia verdadeira que os arqueólogos se esforçam em passar para o público.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do percurso desenvolvido, torna-se indispensável adotar um olhar mais crítico sobre o passado, sobretudo quando ele é mobilizado para naturalizar versões simplificadas da história. Não se trata de um conjunto de “histórias antigas” sem vínculo com o presente, mas de processos que ajudam a explicar como se constituíram territórios, desigualdades, saberes e formas de vida. Nesse sentido, reconhecer a historicidade da Amazônia implica compreender que o mundo atual não surgiu pronto: ele é resultado de experiências acumuladas, escolhas coletivas e conhecimentos produzidos em

diferentes tempos, muitos deles elaborados por populações frequentemente apagadas das narrativas dominantes.

A partir das evidências arqueológicas e da bibliografia discutida ao longo do capítulo, a Amazônia aparece como um espaço ocupado em temporalidades muito anteriores à era comum, por grupos humanos que construíram modos próprios de adaptação e invenção cultural. O fato de determinadas sociedades sul-americanas terem produzido monumentos mais visíveis não autoriza concluir que a floresta fosse “inadequada” à habitação. Ao contrário, cada coletividade respondeu às condições de seu ambiente e às suas necessidades específicas, desenvolvendo tecnologias, práticas e formas de organização coerentes com seus territórios.

Assim, o que a arqueologia evidencia é menos uma ausência de humanidade e mais a pluralidade de caminhos históricos, que desafia comparações hierarquizantes e desmonta a ideia de que a complexidade só existe onde há pedra monumental ou cidades em larga escala.

REFERÊNCIAS

LIMA, Helena Pinto; COSTA, Fernando W. da Silva; NEVES, Eduardo Góes. **Arqueologia amazônica**. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 2007.

MACHADO, Juliana Salles. Espaços antropizados: entendendo os processos de reocupação a partir de uma visão etnoarqueológica. In: PEREIRA, Edithe; GUAPINDAIA, Vera (Org.). **Arqueologia Amazônica 1**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2010. p. 339–364.

NEVES, Eduardo Góes. **Arqueologia da Amazônia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

PROUS, André. **Arqueologia brasileira**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992.

ROOSEVELT, Anna Curtenius. Arqueologia amazônica. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 53.

VERÍSSIMO, Tatiana Corrêa; PEREIRA, Jakeline. **A floresta habitada: história da ocupação humana na Amazônia**. Belém, 2020.

Capítulo III

EJAI: DESAFIOS DA INVISIBILIDADE E DESVALORIZAÇÃO

Edijane Soares da Silva ⁵

Raimundo Carvalho Moura Filho ⁶

1.INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) é uma modalidade essencial da educação básica, voltada para aqueles que não tiveram acesso ou permanência na escola na idade considerada apropriada. Com o intuito de garantir o direito à educação e promover a inclusão social, a EJAI oferece oportunidades de retomada dos estudos e melhorias na qualidade de vida dos educandos. No entanto, mesmo sendo reconhecida pela legislação educacional brasileira, essa modalidade ainda enfrenta graves problemas relacionados à sua visibilidade e valorização no cenário educacional nacional.

⁵ Graduanda do 7º período do curso de Pedagogia pela Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS) -

Campus Araguatins, membro do Grupo Latinoamericano de Estudos Históricos e em Educação

(Unitins/Cnpq). E-mail: edijanesoares@unitins.br Link do Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4280945317015892>

⁶ Docente da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS) e da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL). Doutor em História pela Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Bolsista Produtividade em Pesquisa da Universidade Estadual do Tocantins – Unitins. Líder do Grupo Latinoamericano de Estudos Históricos e em Educação (Unitins/Cnpq). E-mail: raimundo.cm@unitins.br/ raimundo.filho@uemasul.edu.br

A ausência de diretrizes específicas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) contribui diretamente para essa marginalização, dificultando a consolidação da EJAI como política pública efetiva e igualitária. O presente artigo busca discutir os principais desafios enfrentados por essa modalidade de ensino, com base em uma análise qualitativa da BNCC e da literatura especializada, destacando os impactos da invisibilidade institucional sobre alunos e professores.

Segundo Arroyo (2005), os jovens que frequentam a EJA não são apenas indivíduos com trajetórias escolares interrompidas, mas sujeitos que carregam histórias de exclusão social e de negação de direitos fundamentais, como moradia, trabalho, alimentação, afeto e até o direito de viver plenamente a juventude. Essas experiências de privação se entrelaçam às dificuldades escolares, tornando-as ainda mais graves. Nesse sentido, a EJAI, enquanto política pública, deve ser compreendida de forma articulada a outras políticas sociais mais amplas, capazes de responder às demandas desse público diversificado.

Mais recentemente, a Resolução CNE/CEB nº 3/2025 reforça a EJA como direito à educação básica e propõe maior flexibilidade curricular, valorizando a diversidade cultural e social dos sujeitos. Essa normativa reconhece diferentes tempos, espaços e formatos pedagógicos, consolidando o princípio da equidade e da inclusão educacional (Brasil, 2025).

Diante desse cenário, a questão que norteia este estudo é: quais são os principais desafios e limites enfrentados pela Educação de Jovens, Adultos e Idosos no Brasil, considerando sua invisibilidade institucional, as lacunas na

BNCC e a necessidade de valorização dos saberes dos educandos e dos profissionais que atuam nessa modalidade? A partir dessa pergunta, busca-se compreender como a EJA pode se consolidar como política pública de qualidade, promotora de inclusão, equidade e justiça social, e capaz de reconhecer a diversidade de trajetórias e experiências dos estudantes.

2. METODOLOGIA

A pesquisa desenvolvida possui abordagem qualitativa, com foco na análise documental da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) e na revisão bibliográfica de autores clássicos e contemporâneos que discutem a educação de jovens e adultos. A análise documental permitiu observar as lacunas presentes na normativa nacional em relação à EJA, enquanto a revisão bibliográfica subsidiou uma compreensão crítica sobre as consequências dessa negligência para o processo educativo.

Os dados foram interpretados à luz das contribuições teóricas de Paulo Freire (1967), Pierre Bourdieu (1998), Catelli Jr. (2019) e Arroyo (2005), cujas obras dialogam com os temas de desigualdade educacional, exclusão simbólica e política pública. Essa articulação teórica possibilitou uma análise crítica e integrada da modalidade, permitindo identificar caminhos para fortalecer a EJA como política educacional efetiva, inclusiva e emancipatória.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

A Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) deve ser entendida como uma modalidade de ensino que busca reparar desigualdades históricas de acesso à educação, ampliando direitos sociais e culturais. Trata-se de um espaço de inclusão que valoriza as experiências de vida dos sujeitos e reconhece sua importância como participantes ativos da sociedade.

Historicamente, como mostram Haddad e Di Pierro (2000), a EJAI foi marcada por iniciativas descontínuas e pela ausência de políticas permanentes, refletindo desigualdades estruturais desde o período colonial. Esses autores destacam que o direito à educação sempre existiu de forma legal, mas raramente se materializou em práticas efetivas de democratização do ensino.

Na perspectiva contemporânea, Miguel (2022) afirma que a EJAI deve ser entendida como campo de práticas educativas emancipatórias, pautadas no diálogo, na cultura e na formação humana integral. Segundo o autor, “a educação de jovens e adultos precisa ser valorizada também por sua contribuição à promoção da igualdade, à formação cidadã e à humanização dos sujeitos” (Miguel, 2022, p. 45).

Paulo Freire (1967) destaca que a educação deve ser concebida como prática da liberdade, um processo no qual a alfabetização e conscientização caminham juntas. Em sua proposta, o ato de aprender vai além da mera decodificação de palavras, pois significa compreender criticamente a realidade e agir sobre ela. A prática pedagógica, para Freire, deve basear-se no diálogo, na valorização da cultura popular e na construção coletiva de saberes, substituindo a lógica autoritária da escola tradicional por espaços participativos, como os

círculos de cultura. Como ele aborda em “O ato de ler”, sobre a importância do conhecimento de mundo, é destacado que:

(...) que não se esgota na decodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita, mas que se antecipa e se alonga na inteligência do mundo. A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto (...) (Freire, 1989, p.9).

Nesse sentido, os educandos da EJAI não devem ser vistos como “analfabetos”, mas como alfabetizandos, sujeitos em formação capazes de produzir conhecimento e que seus conhecimentos prévios, sua leitura de mundo são de grande contribuição para uma aprendizagem contínua. Nesse mesmo contexto, Pierre Bourdieu (1998) contribui para a compreensão dos desafios enfrentados na EJAI ao introduzir o conceito de capital cultural. Para o autor, a escola não é neutra, pois tende a reproduzir as desigualdades sociais ao valorizar os conhecimentos e práticas das classes dominantes. Assim, os estudantes que possuem menor capital cultural, encontram maiores dificuldades para atender às exigências escolares, o que acaba reforçando processos de exclusão. Nesse sentido, a educação de jovens, adultos e idosos precisa atuar para ampliar esse capital cultural, reconhecendo e legitimando os saberes que os educandos já trazem de suas trajetórias de vida.

Dessa forma, a EJAI deve se apoiar em princípios pedagógicos e sociais como o respeito à experiência de vida e aos conhecimentos prévios dos educandos, a indissociabilidade entre alfabetização e conscientização crítica, a democratização do acesso à cultura, a superação da reprodução das

desigualdades escolares por meio da ampliação do capital cultural. Reafirmando esse pensamento , Arroyo diz que:

(...) repensar os parâmetros escolares com que a história da EJA tem sido contada. Buscar parâmetros próprios específicos na diversidade de formas tentadas para garantir o direito à formação, à socialização e às aprendizagens. (...) repensar das organizações, dos conteúdos e das didáticas com que a formação e as aprendizagens humanas acontecem. Olhando nessa perspectiva, a história da EJA em sua diversidade pode nos fornecer didáticas, conteúdos, processos, tempos e espaços a serem levados em conta na empreitada que a todos nos instiga: garantir o direito à educação dos setores populares, tanto na infância e adolescência quanto na juventude e vida adulta. (Arroyo, 2005, p.18)

Portanto, a Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) é um espaço de inclusão e transformação social que reconhece os saberes e experiências de vida dos educandos. Inspirada em Paulo Freire, propõe uma educação libertadora e crítica, e, com base em Pierre Bourdieu, busca superar desigualdades ao ampliar o capital cultural dos estudantes. Assim, a EJAI deve promover uma prática pedagógica dialógica, participativa e voltada à autonomia, garantindo o direito à educação com equidade e respeito à diversidade.

A Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI), também chamada de Educação de Jovens e Adultos (EJA), é destinada a pessoas que não puderam frequentar a escola na idade certa ou tiveram sua trajetória escolar interrompida. Seu objetivo vai além da alfabetização, buscando inclusão social, participação cidadã e valorização dos saberes que os estudantes já possuem (FREIRE, 1996; BRASIL, 2001).

Segundo Catelli Jr. (2019), apesar de reconhecida na legislação, a EJAI carece de diretrizes claras na BNCC, o que compromete sua efetividade. Essa

falta de normatização acaba por reforçar a ideia de que se trata de uma modalidade “menor”, comprometendo a formação dos educadores e a autoestima dos educandos. Nessa perspectiva, Santos e Crusoé, no que se refere a Base Nacional Comum Curricular voltada para a EJAI destaca que:

(...) A BNCC, embora seja atual, o documento oficial mais importante para a Educação Básica, não trata da proposta curricular e nem da formação de professores para a modalidade. Não há em seu texto nenhuma referência à EJA, seja no passado, seja no presente. Essa ausência revela o descompromisso com a modalidade em termos técnico-científicos, que pode se desdobrar em descompromisso financeiro. Portanto, a EJA continua com um futuro duvidoso. (Santos e Crusoé, 2021, p. 228)

Catelli Jr.(2019) afirma que, a inclusão da EJAI na BNCC, foi algo tratado de maneira superficial, pois na segunda versão da BNCC, lançada em abril de 2016, houve algum esforço para incluir a EJA no texto curricular. Entretanto, a solução encontrada foi bastante artificial. Onde antes se lia “crianças e adolescentes”, passou a figurar “crianças, adolescentes, jovens e adultos”. Na prática, essa inclusão só ampliou um problema já existente, pois tornou ainda mais homogêneo o currículo, desconsiderando qualquer especificidade da Educação de Jovens e Adultos. (Catelli Jr. 2019, p. 314).

No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 1996) reconhece a EJAI como uma modalidade específica, que deve ter currículos flexíveis, metodologias adaptadas e formas de avaliação diferenciadas. Porém, a ausência de orientações específicas na BNCC contribui para que a EJAI seja pouco reconhecida e valorizada, mostrando a necessidade de políticas, materiais e práticas pedagógicas voltadas para as particularidades de jovens, adultos e idosos.

A discussão sobre a EJAI é fundamentada principalmente no pensamento de Paulo Freire (1967), que compreende a educação como um ato político de libertação e consciência crítica. Para Freire, o processo educativo deve valorizar a experiência de vida dos educandos, especialmente os das camadas populares, promovendo uma aprendizagem significativa e emancipatória. Segundo Salomão e Silva (2023), é comum que os professores utilizem o mesmo modelo do ensino regular na EJA, sem adaptações às necessidades dos alunos. Além disso, a falta de preparo específico, a escassez de materiais didáticos adequados e o desconhecimento dos objetivos dessa modalidade tornam o processo ainda mais desafiador.

Santos e Crusoé (2021), destacam que o trabalho docente demanda preparo específico, pois os estudantes trazem consigo identidades singulares, marcadas por trajetórias pessoais e sociais diversas. Na EJAI, esse cenário se torna ainda mais evidente, devido às diferenças geracionais e às experiências históricas distintas que caracterizam os sujeitos dessa modalidade. Os educandos da EJAI possuem histórias marcadas por desigualdades e privação de oportunidades, refletindo fatores como baixa renda familiar, discriminação social e limitações para frequentar a escola na infância (Catelli Jr. 2019). Essas condições favorecem a estigmatização, frequentemente associada ao fracasso escolar, o que aprofunda preconceitos e fragiliza a identidade dos educandos.

Outra contribuição essencial é a de Pierre Bourdieu (1998), que, ao tratar do conceito de capital cultural, explicita como as desigualdades sociais e simbólicas afetam o acesso e o aproveitamento educacional. No caso da EJAI, a ausência de reconhecimento social de seus alunos reforça a exclusão e reflete

também na desvalorização dos docentes, que enfrentam invisibilidade e condições de trabalho precárias.

Nesse contexto, políticas públicas voltadas à permanência e ao sucesso dos estudantes, bem como à formação continuada e valorização profissional dos professores, são fundamentais. Do ponto de vista pedagógico, práticas que considerem os saberes dos educandos, como metodologias participativas e projetos interdisciplinares, fortalecem a modalidade e promovem maior equidade educacional. Assim, os principais desafios da EJAI relacionam-se à marginalização discente, à invisibilidade docente e à fragilidade das políticas educacionais, sendo necessário um olhar crítico e inclusivo para consolidar essa modalidade como espaço de justiça social.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Evidencia-se que a ausência de diretrizes específicas para a Educação de Jovens e Adultos e Inclusão (EJAI), aponta a fragilidade institucional da modalidade. Essa invisibilidade contribui para a marginalização dos estudantes, principalmente os trabalhadores ou pessoas historicamente excluídas, e para condições de trabalho precárias dos docentes, muitos dos quais não recebem formação continuada adequada. Esses fatores impactam diretamente o planejamento curricular, a qualidade do ensino e a valorização profissional.

A literatura indica que práticas pedagógicas eficazes na EJAI dependem de flexibilidade curricular, articulação com a realidade trabalhista e comunitária dos estudantes e valorização de seus saberes prévios. A ausência desses

elementos reforça desigualdades históricas e mantém a marginalização de jovens e adultos que retomam ou iniciam seus estudos, revelando uma contradição entre os princípios de equidade e inclusão previstos nos marcos legais e a prática efetiva da política educacional.

Investir na formação continuada dos docentes e em políticas estruturantes é fundamental para promover uma abordagem crítica e humanizadora, capaz de reconhecer a diversidade cultural, social e cognitiva dos educandos. Quando compreendida como política pública estratégica, a EJAI cumpre seu papel de promover equidade, justiça social e valorização tanto dos estudantes quanto dos profissionais, consolidando-se como espaço de protagonismo e reconhecimento de direitos.

Valorizar essa modalidade é um passo fundamental para a construção de uma educação mais democrática, inclusiva e equitativa. Isso implica não apenas o reconhecimento institucional, mas também a mudança de postura da sociedade e do sistema educacional diante de sujeitos que têm o direito à aprendizagem ao longo da vida.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) e da literatura especializada demonstra que a Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJA) ainda enfrenta obstáculos estruturais para se consolidar como uma política pública eficaz e plenamente reconhecida. Embora a modalidade seja legalmente reconhecida, a ausência de diretrizes específicas na BNCC contribui

para sua invisibilidade institucional, dificultando a valorização dos estudantes e dos profissionais que atuam nessa área. Essa lacuna normativa reforça a marginalização histórica de educandos, muitos deles trabalhadores ou pertencentes a grupos socialmente vulneráveis, impactando diretamente a qualidade do ensino, o planejamento curricular e a autonomia pedagógica dos docentes.

Os resultados desta investigação indicam que práticas pedagógicas eficazes na EJAI dependem da valorização dos conhecimentos prévios dos educandos, da flexibilidade curricular e da articulação entre educação e contextos sociais, culturais e laborais. A ausência desses elementos mantém desigualdades e limita o potencial emancipatório da modalidade, evidenciando a necessidade de uma abordagem pedagógica crítica, participativa e voltada à formação integral dos sujeitos.

A necessidade de investimento na formação continuada dos professores, sendo essencial para o fortalecimento da EJAI. Essa capacitação deve abranger não apenas conteúdos curriculares, mas também estratégias de mediação pedagógica que considerem a diversidade cultural, social e cognitiva dos estudantes. Além disso, políticas públicas desenvolvidas, recursos didáticos adequados e valorização profissional são imprescindíveis para que a modalidade cumpra seu papel de inclusão e promoção da justiça social.

Com base nas contribuições de Paulo Freire (1967) e Pierre Bourdieu (1998), a EJAI deve ser compreendida como um espaço de emancipação, no qual alfabetização e conscientização caminham juntas, e os saberes e experiências de vida dos educandos são reconhecidos como elementos fundamentais da aprendizagem. O fortalecimento da EJAI como política

pública estratégica oferece, portanto, uma oportunidade de promover equidade, protagonismo estudantil e valorização profissional, consolidando a educação de jovens, adultos e idosos como um direito humano essencial e uma ferramenta de transformação social.

Dessa forma, a consolidação da EJAI exige compromisso institucional, investimentos pedagógicos e sociais, e o reconhecimento da diversidade de trajetórias e saberes. Somente dessa forma a modalidade poderá cumprir seu papel de promover inclusão, equidade e justiça social, tornando-se um espaço educativo relevante e significativo para todos os envolvidos.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. Educação de Jovens e Adultos: um campo de direitos e responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma Lino (org.). **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/539635764/Miguel-Arroyo-a-Educacao-de-Jovens-e-Adultos>. Acesso em: 06 mar. 2025.

BOURDIEU, Pierre. **Os três estados do capital cultural**. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.). Escritos de Educação. Petrópolis: Vozes, 1998. Disponível em: https://sigpihid.ufpr.br/site/uploads/institution_name/ckeditor/attachments/1347/Os_Tres_Estados_do_Capital_Cultural_-_Pierre_Bourdieu_1_1.pdf. Acesso em: 06 mar. 2025.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação é a Base. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt->

[br/escola-em-tempo-integral/BNCC EI EF 110518 versao final.pdf](https://www.gov.br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf). Acesso em: 05 mar. 2025

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 3, de 22 de abril de 2025. Define Diretrizes Operacionais atualizadas para a Educação de Jovens, Adultos e Idosos.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/2025/abril/rceb003_25.pdf. Acesso em: 27 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília: Diário Oficial da União, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 06 mar. 2025.

CATELLI JR, Roberto. **O não-lugar da Educação de Jovens e Adultos na BNCC.** Educação é a Base, v. 23, p. 313-318, 2019. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/656942977/O-NAO-LUGAR-DA-EDUCACAO-DE-JOVENS-E-ADUL>. Acesso em: 28 abr. 2025.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989. Disponível em: https://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2014/10/importancia_ato_ler.pdf. Acesso em: 27 out. 2025.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** 8. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967. Disponível em: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Paulo-Freire-Educao-como-pratica-da-liberdade.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 32. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Disponível em: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Pedagogia-da-Autonomia-Paulo-Freire.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/espanhol/pdf/pedagogia_do_oprimido.pdf. Acesso em: 28 abr. 2025.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. **Educação de Jovens e Adultos: o campo e seus desafios**. Revista Brasileira de Educação, n. 14, p. 7-20, jan./abr. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/YK8DJk85m4BrKJqzHTGm8zD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 out. 2025.

MIGUEL, J. C. (Org.). **Educação de jovens e adultos: teoria, práticas e políticas**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/cpzbc/pdf/miguel-9786559543106.pdf>. Acesso em: 27 out. 2025.

PIES, Neri Gervasio. **Capital cultural e educação em Bourdieu**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2011. Disponível em: <http://tede.upf.br/jspui/bitstream/tede/706/1/2011NeriGervasioPies.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2025.

SALOMÃO, Vanessa Maria Marques; SILVA, Isabelle Eduarda. **Educação de jovens e adultos: contexto histórico, invisibilidade e a prática educativa**. Ícone: Revista de Letras, v. 23, n. 2, 2023. Disponível em: https://www.revista.ueg.br/index.php/icone/pt_BR/article/view/13580. Acesso em: 05 mar. 2025.

SANTOS, Anderson Felipe Leite dos; BURITI, Maria Marta dos Santos. **A educação escolar para Bourdieu: um olhar a partir da realidade dos alunos da educação de jovens e adultos**. Editora Realize, 2020. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD4_S12_ID2129_22092020103139.pdf. Acesso em: 06 mar. 2025.

SANTOS, Jaciara de Oliveira Sant'Anna; CRUSOÉ, Nilma Margarida de Castro. **Formação do educador de EJA nos discursos das Diretrizes**

Curriculares Nacionais da EJA e BNCC. Revista Latino-Americana de Estudos Científicos, p. 216-231, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/ipa/article/view/36257/24092>. Acesso em: 28 abr. 2025.

CAPÍTULO IV

ARQUEOLOGIA VIVA NA AMAZÔNIA: UMA LEITURA DE NEVES E PROUS.

Leticia Bandeira Gomes Batista⁷
Raimundo Carvalho Moura Filho⁸

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo propõe uma leitura da Amazônia que ultrapassa o imaginário recorrente de uma região intocada pela ação humana, visão amplamente difundida pela sociedade moderna e reforçada ao longo do tempo por discursos científicos, políticos e ambientais. Em contraposição a essa perspectiva, a Amazônia se revela como um território historicamente ocupado, marcado por intensa diversidade cultural, profunda complexidade social e longas trajetórias de interação entre seres humanos e natureza. Nesse sentido, a arqueologia assume um papel central ao permitir o acesso aos vestígios materiais desses modos de vida, evidenciando práticas, saberes e formas de organização social que resistiram ao tempo e às tentativas de apagamento. Longe de apenas “reviver” culturas do passado, a arqueologia amazônica contribui para reconstruir criticamente a história dessas populações, reafirmando sua presença ativa e contínua na formação da região.

⁷ Graduada em História na Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL). Email: leticia.b.batista@uemasul.edu.br

⁸Graduando em História na Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL). Email: heryck.f.araujo@uemasul.edu.br.

As descrições sobre a Amazônia, com frequência, aparecem carregadas de superlativos — e não sem motivo. No Brasil, a bacia amazônica ocupa mais de 40% do território nacional e, em escala sul-americana, sua extensão alcança cerca de sete milhões de quilômetros quadrados, dimensão comparável à do continente europeu. O rio Amazonas, por sua vez, despeja em média cerca de 200.000 m³/s de água e sedimentos no oceano Atlântico, correspondendo a uma parcela expressiva do total de água doce que chega aos mares por meio dos rios do planeta. Suas nascentes e cursos d'água distribuem-se principalmente por três grandes áreas — a cordilheira dos Andes (a oeste), o planalto das Guianas (ao norte) e o planalto Central (ao sul) — e, no caso do Amazonas, as nascentes situam-se nos Andes centrais, em território atualmente peruano (NEVES, 1996, p. 10). Esses dados ajudam a compreender a Amazônia como um sistema territorial de grande escala, atravessado por múltiplas paisagens e fronteiras, condição que também impacta a variedade de ocupações humanas e a diversidade de registros arqueológicos na região.

A Amazônia é reconhecida como a maior floresta tropical do planeta e, embora frequentemente seja chamada de “pulmão do mundo”, sua relevância vai além dessa expressão simplificada. Sua principal importância reside na regulação climática, no controle do regime de chuvas e na manutenção de equilíbrios ambientais que afetam amplas regiões do globo. O funcionamento desse ecossistema, portanto, possui impactos diretos sobre a dinâmica ambiental da Terra. Contudo, compreender a Amazônia apenas como um espaço natural a ser preservado obscurece o fato de que esses equilíbrios foram historicamente construídos e manejados por sociedades humanas ao longo de milênios, aspecto fundamental para a interpretação arqueológica da região.

Apesar da imensa abundância de recursos naturais, o contexto político e ecológico da Amazônia contemporânea é marcado por elevada complexidade e por intensas disputas. O avanço acelerado do desmatamento, o aumento dos conflitos pela posse e exploração dos recursos naturais e o crescimento urbano desordenado de cidades como Manaus evidenciam um cenário de instabilidade estrutural, com impactos sociais e ambientais profundos (NEVES, 1996). Esse processo não é recente, mas resulta de dinâmicas históricas associadas à incorporação da Amazônia a projetos desenvolvimentistas, à expansão de frentes econômicas e à lógica de ocupação predatória do território, aspectos amplamente discutidos pela literatura crítica sobre a região (BECKER, 2005; PORTO-GONÇALVES, 2006). Assim, o presente amazônico não pode ser compreendido como uma ruptura em relação ao passado, mas como continuidade de processos históricos que tensionam permanentemente o futuro da floresta e de seus povos.

De meados do século XVI ao início do XVII, quando os primeiros europeus se estabeleceram na Amazônia, era comum eles fazerem referência à presença de grandes aldeias, algumas habitadas por milhares de pessoas, interligadas em vastas redes regionais de comércio e em federações políticas regionais. Porém, já no início do século XVIII, tais referências desapareceram dos registros históricos. Isso está diretamente ligado ao processo de diminuição populacional resultante do processo de colonização europeia da Amazônia, que trouxe consigo consequências graves como a transmissão de doenças, da guerra e da escravidão. Portanto, a aparente baixa densidade demográfica entre os povos indígenas na Amazônia contemporânea provavelmente resulta mais das

vicissitudes da história colonial e do ciclo da borracha da região (Neves, 1996, p. 6).

É fundamental compreender que, ao final do século XV, período que antecede o início da colonização europeia nas Américas, a bacia amazônica já era amplamente ocupada por diferentes povos indígenas. Essa ocupação apresentava grande diversidade e não ocorria de forma homogênea, variando conforme o tempo, o espaço e as condições ambientais de cada região (NEVES, 1996). Tal constatação contraria a ideia recorrente de que a Amazônia seria uma “terra sem gente”, noção historicamente utilizada para legitimar projetos de ocupação e exploração do território. A arqueologia, ao revelar vestígios de assentamentos extensos, práticas agrícolas e redes de interação, demonstra que a região era habitada por sociedades complexas, dotadas de culturas próprias, cujas histórias foram sistematicamente invisibilizadas ao longo do processo colonial, como apontam estudos críticos sobre a construção desse mito (Dunbar-ortiz, 2015; Porto-Gonçalves, 2006).

Também é importante reconhecer que as populações que habitavam a Amazônia antes do início da colonização europeia constituem a base ancestral dos povos indígenas que permanecem na região até hoje. Ainda que, nos últimos cinco séculos, esses grupos tenham enfrentado processos violentos de redução demográfica, deslocamentos forçados e mudanças culturais profundas, suas trajetórias históricas não se romperam, mas foram reelaboradas em contextos de coerção e resistência (NEVES, 1996). Assim, a continuidade entre populações antigas e contemporâneas não deve ser entendida como ausência de transformação, e sim como permanência histórica dinâmica, marcada por adaptações, recomposições identitárias e manutenção de referências culturais.

Nesse sentido, a arqueologia da Amazônia pode ser compreendida, antes de tudo, como uma espécie de História Antiga dos povos indígenas da região, na medida em que permite reconstituir longas durações de ocupação, modos de vida e formas de organização social anteriores ao registro colonial (NEVES, 1996).

Desse modo, a arqueologia desempenha um papel decisivo ao reconstruir, com base em evidências materiais, aspectos da trajetória histórica dessas populações, funcionando como uma forma de acesso às longas durações indígenas anteriores ao registro colonial. Ao invés de “reviver” o passado, trata-se de produzir interpretações críticas sobre ocupação, mobilidade, técnicas, paisagens e formas de organização social, enfrentando apagamentos produzidos pela colonização e por narrativas que naturalizam o silêncio sobre essas histórias (NEVES, 1996). Nessa perspectiva, a arqueologia contribui para reconstituir continuidades e transformações, mostrando que a presença indígena na Amazônia não é episódica, mas estruturante, o que se aproxima de leituras que enfatizam a agência histórica indígena frente aos processos coloniais (MONTEIRO, 1994).

As hipóteses apresentadas pela arqueologia amazônica levam à revisão crítica de noções amplamente difundidas, como as ideias de “última fronteira” ou de “natureza intocada”. Evidências arqueológicas indicam que a Amazônia é ocupada há mais de dez mil anos e que, em determinados contextos, abrigou populações organizadas em grandes assentamentos, com milhares de habitantes (NEVES, 1996). Dessa forma, a floresta que hoje recobre inúmeros sítios arqueológicos não pode ser compreendida apenas como resultado de processos naturais, mas também como produto de uma longa história de interações

humanas. Essa perspectiva aproxima-se de interpretações que entendem a paisagem amazônica como historicamente construída, resultado do manejo contínuo realizado por sociedades indígenas ao longo do tempo (Balée, 1994; Erickson, 2008).

Atualmente, há amplo consenso de que vastas áreas da Amazônia já estavam ocupadas antes do período cerâmico. Datações obtidas em escavações como as da Lapa do Sol, no Mato Grosso, indicam presença humana entre aproximadamente 10.350 e 3.800 a.C., ainda que esse sítio permaneça como o único pré-cerâmico escavado de forma sistemática na região, com resultados publicados (Prous, 1996). Ao mesmo tempo, persistem debates na literatura, como a menção de Betty Meggers à chamada fase Vilhena, datada entre 2.500 e 2.000 BP, cuja existência ainda carece de confirmação empírica. Esses desacordos evidenciam que a arqueologia amazônica permanece em construção, marcada por hipóteses concorrentes e pela necessidade de ampliação das pesquisas de campo, sobretudo diante das limitações impostas pelas condições ambientais da região.

As pesquisas arqueológicas na Amazônia possuem uma tradição que remonta ao século XIX, iniciada por estudiosos brasileiros e estrangeiros e institucionalizada, sobretudo, a partir de dois centros fundamentais: o Museu Nacional, no Rio de Janeiro, e o Museu Paraense Emílio Goeldi, em Belém. Apesar dessa trajetória relativamente longa, a produção de conhecimento sobre a arqueologia amazônica ainda apresenta lacunas significativas, seja pela extensão territorial da região, seja pelas dificuldades logísticas que historicamente limitaram investigações sistemáticas (Neves, 1996). Além disso, durante grande parte do século XX, os estudos arqueológicos na Amazônia

foram fortemente influenciados por paradigmas teóricos de origem norte-americana, o que contribuiu para interpretações que, em alguns casos, subestimaram a complexidade social e a capacidade de inovação das populações indígenas locais (Prous, 1991; Trigger, 1989).

A arqueologia amazônica desenvolvida ao longo do século XX foi marcada por uma orientação teórica fortemente influenciada por tradições norte-americanas. Uma das primeiras tentativas de sistematização dos dados disponíveis até a primeira metade do século foi realizada por Howard, que, com base na cronologia proposta por Rouse para a Venezuela e nas publicações de autores como Nordenskiöld, Métraux e Nimuendajú, distinguiu, em 1947, seis complexos arqueológicos, todos cerâmicos. Quatro desses complexos, incluindo os materiais de Marajó, caracterizavam-se pela presença de decoração pintada e eram considerados mais recentes (Prous, 1991). Esse esforço classificatório foi fundamental para a organização inicial do conhecimento arqueológico, mas também refletiu limites interpretativos associados a modelos externos à realidade amazônica.

A predominância desses referenciais teóricos contribuiu, em determinados momentos, para a marginalização de abordagens que enfatizassem a diversidade regional e a autonomia das populações amazônicas. Ao adotar modelos explicativos centrados na difusão cultural e em hierarquias de desenvolvimento, parte da arqueologia do período acabou por minimizar a capacidade de inovação técnica e organizacional dos povos indígenas locais. Esse viés interpretativo foi posteriormente questionado por pesquisas que passaram a destacar a complexidade social amazônica e a existência de

trajetórias históricas próprias, não subordinadas a centros civilizatórios externos (Neves, 1996; Trigger, 1989).

2 EVIDÊNCIAS E DESCOBERTAS ARQUEOLÓGICAS

Nesse contexto, este capítulo propõe analisar de forma articulada as contribuições de Eduardo Góes Neves e André Prous, identificando os pontos de convergência entre suas interpretações sobre a ocupação pré-colonial da Amazônia. Ao confrontar a noção de “vazio demográfico”, utilizada historicamente para justificar a exploração da região como se fosse uma terra desprovida de história e de sujeitos, a arqueologia permite questionar essa lógica e reconstruir a memória das populações que ocuparam essas terras ao longo de milênios. Assim, o diálogo entre essas obras reforça a importância da arqueologia como instrumento crítico para compreender a Amazônia como espaço historicamente habitado, socialmente produzido e culturalmente diverso:

O fato de as descobertas em Monte Alegre terem sido feitas em uma gruta não quer dizer que os primeiros habitantes da Amazônia fossem “homens das cavernas”. O que ocorre é que grutas e cavernas, pela própria proteção natural que oferecem, têm condições de preservação de materiais, ao contrário de sítios a céu aberto, geralmente expostos à ação da chuva, à erosão e a outras intempéries. (Neves, 1996, p. 17).

Esses dados indicam que os primeiros habitantes da Amazônia souberam utilizar de forma estratégica os recursos oferecidos pelo ambiente, incluindo grutas e cavernas, não como únicos espaços de moradia, mas como

locais que apresentavam condições ambientais mais estáveis. Esses ambientes protegiam os vestígios da ação direta da luz solar, da chuva e do vento, favorecendo a preservação de materiais como pinturas rupestres, restos de fogueiras e instrumentos líticos. A recorrência desses registros em grutas não significa que as populações antigas estivessem restritas a esses espaços, mas que foi nesses locais que parte significativa do registro material conseguiu sobreviver ao tempo (Neves, 1996). Desse modo, a arqueologia permite reinterpretar esses vestígios não como sinais de limitação cultural, mas como evidência das condições seletivas de preservação do registro arqueológico, perspectiva amplamente discutida na teoria arqueológica contemporânea (Trigger, 1989).

De todo modo, diferentes áreas da Amazônia já apresentavam ocupação humana por volta de 7.000 a.C., conforme indicam evidências provenientes de regiões diversas, como a serra dos Carajás, no Pará, a bacia do rio Jamari, em Rondônia, a região do rio Caquetá, na Colômbia, o baixo rio Negro, nas proximidades de Manaus, e o alto Orinoco, na Venezuela. Apesar das lacunas ainda existentes na documentação arqueológica, é possível identificar um padrão geral no modo de subsistência desses grupos. As evidências indicam estratégias econômicas baseadas na valorização da biodiversidade amazônica, com predomínio da pesca, da coleta e da caça de animais de pequeno porte, em vez da especialização na captura de grandes mamíferos (Neves, 1996). Esses dados reforçam a interpretação de que a ocupação da Amazônia ocorreu de forma ampla e distribuída, abrangendo terras firmes, áreas de várzea e regiões próximas aos grandes rios, o que evidencia a capacidade de adaptação dessas populações a diferentes ambientes ao longo de extensos territórios.

Uma hipótese importante sugere que a ocupação pré-colonial da Amazônia não seguiu um percurso linear, regular e cumulativo, mas foi marcada pela alternância entre períodos de relativa estabilidade e momentos de mudanças mais abruptas nos padrões de organização social, econômica e política, perceptíveis no registro arqueológico (NEVES, 1996). Nessa perspectiva, o desenvolvimento de sociedades complexas na região deve ser compreendido como processo histórico descontínuo, atravessado por reconfigurações e variações regionais, e não como uma evolução homogênea e contínua, como já indicaram interpretações críticas sobre a diversidade das trajetórias culturais no continente (Trigger, 1989).

Do mesmo modo, é a partir dessa época que ficam mais visíveis e numerosos os sítios associados aos solos antrópicos conhecidos como terras pretas de índio, correlatos aos processos de ocupação sedentária. (Neves, 1996, p. 33).

Desse modo, em vez de reforçar a ideia de uma floresta “intocada”, a quantidade e a extensão dos sítios com terras pretas indicam que a Amazônia foi mais densamente ocupada do que supunham interpretações antigas, envolvendo não apenas pequenos grupos móveis, mas também assentamentos maiores e mais estáveis. As terras pretas tendem a aparecer associadas a áreas de habitação e a contextos de maior concentração populacional, o que sugere formas consistentes de permanência e produção do espaço (NEVES, 1996). Sua formação e uso favoreciam o cultivo de plantas exigentes em nutrientes nas proximidades das moradias, funcionando como recurso agrícola estratégico e como evidência material de manejo intensivo do ambiente, aspecto que tem

sido central em debates sobre a domesticação de paisagens amazônicas (Erickson, 2008; Balée, 1994):

Artefatos líticos polidos com iconografia comuns, como muiraquitãs e estatuetas, são encontrados distribuídos por amplas áreas, indicando a ocorrência de formas de contato que integraram populações em redes mais amplas. Finalmente, a partir dessa época, ficam mais visíveis evidências de conflitos armados, o que é atestado pela presença de estruturas defensivas localizadas no alto do rio Negro, na Amazônia central e no alto Xingu. (Neves, 1996, p. 33).

Dessa forma, observa-se uma transformação importante na organização social da Amazônia antiga, com a passagem de assentamentos menos integrados para redes mais amplas de contato entre diferentes populações, acompanhada por mudanças culturais e por disputas territoriais. A circulação de artefatos e a diversidade técnica na produção de instrumentos sugerem conexões regionais mais intensas e formas variadas de interação. Ao mesmo tempo, o surgimento mais frequente de evidências de conflitos armados pode estar associado tanto ao crescimento populacional quanto à competição por recursos estratégicos, como áreas de terras pretas, que favoreciam a produção agrícola e a fixação mais duradoura em determinados territórios (Neves, 1996). Nesse quadro, a região se apresenta como um espaço de elevada complexidade social e política, marcado por cooperação, integração e também tensões.

Escavações realizadas nas últimas décadas indicam que algumas das cerâmicas mais antigas das Américas aparecem em sítios de pescadores e coletores litorâneos, associados a sambaquis, como Valdívia, no Equador, e Puerto Hormiga, na Colômbia, com datações em torno de 3.200 a.C. Em exemplares decorados, observam-se incisões paralelas que preenchem zonas

delimitadas por incisões periféricas, e o antiplástico frequentemente inclui cinzas vegetais, como o cairapé (Prous, 1991). Esses dados sustentam a interpretação de que a tecnologia cerâmica, em certos contextos, não surgiu necessariamente vinculada a agricultores sedentários, mas também a grupos cuja subsistência se baseava em recursos aquáticos e na coleta. Assim, sítios como Valdívia tornaram-se referências importantes por evidenciarem sofisticação técnica na produção de recipientes duráveis em sociedades litorâneas (Prous, 1991).

Portanto, quando B. Meggers obteve uma datação de 980 BC para a cerâmica mais antiga de Marajó (e então, do Brasil), que apresenta uma ornamentação semelhante, supôs que fosse derivada da cerâmica Valdívia, e trazida por emigrantes. Inesperadamente, nos anos 70, datações ainda mais antigas, de 2500 e 3000 BC, foram obtidas, para cerâmica, em sambaquis do litoral do Pará (fase Mina), portanto tão antiga quanto qualquer outra conhecida nas Américas. (Prous, 1991, p. 433).

O confronto com a interpretação de Betty Meggers revela que, ao tratar a cultura marajoara como um “empréstimo” derivado de Valdívia, tal abordagem tende a subestimar a capacidade de inovação tecnológica das populações locais. A identificação de cerâmicas datadas em torno de 3.000 a.C. demonstra que a tradição cerâmica amazônica não apenas é a mais antiga do Brasil, como também é contemporânea às mais antigas do continente americano. Esses achados reforçam a centralidade da arqueologia amazônica no cenário arqueológico nacional, evidenciando a existência de processos autônomos de desenvolvimento tecnológico e cultural, que conferem à região um legado arqueológico de grande relevância (Prous, 1991). De todo modo, observa-se que no território brasileiro existiam tradições cerâmicas, como a fase Mina, no litoral do Pará, mais antigas do que a cerâmica de Valdívia, durante

muito tempo considerada a origem ancestral das demais tradições do Novo Mundo. Para Evans, não há dúvidas de que a cerâmica da fase Ananatuba, em Marajó, comprova a chegada da tradição hachurada-zonada por volta de 1.100 a.C. à foz do Amazonas. As datações obtidas por termoluminescência indicam ainda que, nesse mesmo período, ilhas próximas a Marajó eram ocupadas por grupos ceramistas independentes, como os Arúas (Prous, 1991).

Dessa forma, ao demonstrar que o litoral paraense já produzia cerâmica anteriormente, a arqueologia devolve protagonismo e autonomia tecnológica às populações das terras baixas amazônicas. Existia, portanto, uma multiplicidade de focos independentes de desenvolvimento tecnológico, o que evidencia a criatividade e a capacidade inventiva das culturas locais, não sendo essas inovações necessariamente resultantes da importação de padrões externos (Prous, 1991). Essa constatação permite romper com estereótipos que associam os povos amazônicos a supostos estágios inferiores de desenvolvimento intelectual, além de refutar a ideia de que tecnologias mais sofisticadas precisariam ter sido introduzidas a partir de regiões como os Andes ou a América Central. Ao contrário, os dados arqueológicos indicam que as populações amazônicas desenvolveram soluções próprias para lidar com seu cotidiano, adaptando técnicas e conhecimentos às condições ambientais específicas da região. No que se refere às tecnologias líticas, escavações realizadas na caverna da Pedra Pintada identificaram fragmentos de pontas datados em torno de 9.000 a.C., ainda que nenhum artefato inteiro tenha sido encontrado nesse contexto.

Já no sítio a céu aberto Dona Stella, localizado em Iranduba, no Amazonas, foi identificada uma ponta completa, associada a datas mais

recentes, entre 7.000 e 6.500 a.C. (Neves, 1996). Esses achados evidenciam a presença de tecnologias de caça relativamente sofisticadas desde períodos bastante antigos, e a ocorrência de fragmentos sugere que determinados locais podem ter funcionado como áreas de uso intensivo ou de descarte de instrumentos, indicando ocupações prolongadas. O sítio Dona Stella constitui, até o momento, o único local em toda a bacia amazônica onde se identificou uma ponta inteira em contexto arqueológico bem definido (Neves, 1997). Tal singularidade ressalta tanto a importância científica desse sítio quanto as lacunas ainda existentes na arqueologia amazônica, decorrentes, em grande parte, da vasta extensão territorial da região e da densa cobertura florestal, que dificultam o trabalho de campo. Nesse sentido, Dona Stella assume o papel de uma peça-chave para comparações com outros contextos sul-americanos, podendo contribuir para a compreensão das rotas migratórias dos primeiros habitantes do continente.

O artefato identificado em Dona Stella apresenta dimensões aproximadas de 6 por 4 centímetros e foi confeccionado a partir de um tipo de sílex incomum na região, cujos afloramentos mais próximos conhecidos localizam-se a cerca de 200 quilômetros de distância. A técnica de produção envolveu percussão direta e pressão, e o acabamento revela refinamento técnico, simetria nos retoques e reduzida espessura, indicando elevado domínio artesanal por parte de seus produtores (Neves, 1996). A escolha criteriosa da matéria-prima e o cuidado na confecção apontam para a existência de uma cultura material sofisticada, bem como para circuitos de circulação de recursos ou deslocamentos de longa distância. No que diz respeito às práticas agrícolas, é provável que as formas antigas de cultivo na Amazônia apresentassem

semelhanças com práticas ainda observadas atualmente, como o uso de quintais domésticos e pequenas hortas, inclusive com o cultivo de plantas medicinais e condimentos, como diferentes tipos de pimentas.

A principal diferença tecnológica residia no fato de que as populações pré-coloniais não dispunham de instrumentos metálicos, como machados, para a abertura de roças (Neves, 1996). Ainda assim, essas práticas evidenciam a continuidade de saberes agrícolas adaptados ao ambiente amazônico, cujo legado atravessa o tempo. A introdução de instrumentos metálicos, como machados e facões, a partir do século XVI, provavelmente alterou de forma significativa as práticas agrícolas e os padrões de mobilidade das sociedades amazônicas (Neves, 1991). Esses instrumentos possibilitaram maior eficiência no manejo da floresta, facilitando a derrubada de árvores e a limpeza das áreas de cultivo, o que pode ter contribuído para mudanças na organização espacial das aldeias e na dinâmica de ocupação do território. Assim, a incorporação dessas tecnologias representou uma inflexão importante nos modos de vida indígenas, sem, contudo, eliminar saberes e práticas anteriores. No que se refere à cultura Santarém, esta se desenvolveu na margem direita do rio Amazonas, nas proximidades de sua confluência com o rio Tapajós, tendo como centro geográfico a atual cidade de Santarém. Trata-se de um conjunto arqueológico caracterizado por grande número de sítios, dos quais 65 foram identificados por Nimuendaju entre 1923 e 1926, e outros 10 por U. de Meneses em 1972.

Esses assentamentos encontram-se alinhados paralelamente ao rio, separados por distâncias relativamente curtas, instalados em terras firmes, no limite das várzeas e próximos a lagoas, em posições estratégicas que permitiam acesso a solos bem drenados para o cultivo e a áreas ricas em fauna e recursos

naturais (Prous, 1991). Essas evidências indicam que as populações associadas à cultura Santarém possuíam amplo conhecimento da geografia local e utilizavam o espaço de forma planejada. A escolha dos locais de assentamento levava em consideração múltiplos fatores, como a fertilidade do solo, a proximidade de recursos aquáticos e a disponibilidade de áreas adequadas à agricultura. Tal planejamento revela estratégias sofisticadas de ocupação territorial e de aproveitamento dos diferentes ambientes amazônicos. As aldeias da cultura Santarém localizavam-se a poucos quilômetros umas das outras e parecem ter sido contemporâneas, mantendo contato constante, como indicam as redes de caminhos que as interligavam.

Esses caminhos apresentam larguras relativamente padronizadas, variando entre um metro e cerca de 1,30 metro, além de certa profundidade preservada. As evidências sugerem que não havia uma única entrada para as aldeias, mas acessos múltiplos direcionados às diferentes unidades habitacionais, o que aponta para relações de confiança e integração entre as comunidades (Prous, 1991). Esse padrão de circulação indica que os grupos associados à cultura Santarém mantinham relações próximas e um elevado grau de organização coletiva. A padronização das vias sugere planejamento comum e cooperação entre as aldeias, ainda que a ausência de escavações extensivas e de sondagens estratigráficas sistemáticas limite a compreensão do contexto espacial desses assentamentos. Como resultado, muitos artefatos permanecem desprovidos de contexto arqueológico preciso, o que dificulta interpretações mais detalhadas sobre a organização interna dessas comunidades (Prous, 1996). Essa limitação evidencia uma das fragilidades enfrentadas pela arqueologia amazônica, relacionada à perda ou à insuficiência de dados contextuais. A

escavação de grandes superfícies permitiria reconstruir aspectos fundamentais da vida cotidiana, como a disposição das casas, áreas de descarte e espaços coletivos. Sem essas informações, a interpretação da cultura Santarém fica restrita, em grande medida, à análise formal e iconográfica dos objetos, o que reduz a compreensão mais ampla de sua organização social e espacial. Portanto, a leitura conjunta das obras *Arqueologia da Amazônia*, de Eduardo Góes Neves, e *Arqueologia Brasileira*, de André Prous, demonstra que a Amazônia está longe de corresponder à imagem de uma “terra sem gente” difundida pela sociedade moderna.

A arqueologia evidencia ocupações humanas antigas, complexas e duradouras, revelando que a região foi historicamente habitada por sociedades diversas, com modos de vida próprios e profundo conhecimento do ambiente. Apesar dos desafios impostos pelas condições geográficas e pelas dificuldades logísticas que afetam as pesquisas arqueológicas na Amazônia, as evidências já identificadas, como ocupações datadas em torno de 9.000 a.C., indicam a riqueza histórica ainda presente na região. Esses dados sugerem que muitos aspectos do passado amazônico permanecem por ser investigados, reforçando a importância da continuidade e do fortalecimento das pesquisas. A análise conjunta dessas obras também revela que as populações amazônicas desenvolveram tecnologias sofisticadas, manejando a natureza de forma integrada, e não predatória, além de adotarem estratégias criteriosas na escolha de locais de assentamento.

Esses povos não apenas ocuparam o território, mas o transformaram de maneira consciente, produzindo paisagens culturais complexas. Em última análise, a arqueologia amazônica desempenha papel fundamental ao recuperar e

interpretar a história de longa duração dessas populações, enfrentando narrativas que invisibilizam sua presença e contribuição. As descobertas já realizadas apontam para a necessidade de maior valorização desse campo de estudo, de modo que a história e a cultura dos povos amazônicos sejam reconhecidas e respeitadas em toda a sua complexidade.

REFERÊNCIAS

BALÉE, William. **Footprints of the forest: Ka'apor ethnobotany** : the historical ecology of plant utilization by an Amazonian people. New York: Columbia University Press, 1994.

HECKENBERGER, Michael J. **The ecology of power**: culture, place, and personhood in the southern Amazon, AD 1000–2000. New York: Routledge, 2005.

NEVES, Eduardo Góes. **Arqueologia da Amazônia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

NEVES, Eduardo Góes. **Arqueologia da Amazônia brasileira**. São Paulo: Edusp, 1997.

PROUS, André. **Arqueologia brasileira**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992.

TRIGGER, Bruce G. **A history of archaeological thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

Capítulo V

NATUREZA, MEMÓRIA E CRÍTICA SOCIAL EM LOS RÍOS PROFUNDOS (1958): COSMOVISÃO INDÍGENA E MODERNIDADE CAPITALISTA NA LITERATURA ANDINA DO SÉCULO XX

Geovani Costa da Silva Júnior⁹
Raimundo Carvalho Moura Filho¹⁰

1.INTRODUÇÃO

Ao analisar a relação entre história e literatura, pode-se, à primeira vista, considerar que ambos os campos não se conciliam, uma vez que a literatura, em muitos casos, se associa à ficção, enquanto a história se fundamenta em acontecimentos factuais. No entanto, quando se realiza uma análise simbólica das temáticas presentes em determinadas obras literárias, é possível identificar nelas elementos profundamente enraizados em contextos históricos específicos. A partir disso, a interpretação pode se dar sob um ponto de vista histórico, seja por meio da crítica da narrativa, seja por uma abordagem hermenêutica, que

⁹ Graduando em História na Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL). Email: geovani.junior@uemasul.edu.br

¹⁰ Docente da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS) e da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL). Doutor em História pela Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Bolsista Produtividade em Pesquisa da Universidade Estadual do Tocantins – Unitins. Líder do Grupo Latinoamericano de Estudos Históricos e em Educação (Unitins/Cnpq). E-mail: raimundo.cm@unitins.br/ raimundo.filho@uemasul.edu.br

estabelece paralelos entre tempo, espaço e vida social de um determinado período histórico relacionado à obra. Nesse sentido, a crítica se constrói, em grande medida, a partir da atuação do leitor, ao atribuir à obra literária um significado histórico e social. É sob essa perspectiva que se insere “Los Ríos Profundos” (1958), de José María Arguedas.

No desenvolvimento de seu enredo, a obra de Arguedas articula diferentes elementos que permitem uma análise histórica e sociocultural, com destaque para a cosmovisão indígena, que possibilita refletir sobre natureza e memória a partir da compreensão da temporalidade e do espaço em que a narrativa se constrói. Observa-se, assim, uma estrutura narrativa marcada pelo conflito entre dois mundos, o andino e o ocidental. Nesse contexto, o protagonista Ernesto, além de narrador-personagem, apresenta ao leitor a realidade de um Peru atravessado por tensões de classe, conflitos étnicos e disputas linguísticas, especialmente na transição e no confronto entre o quíchua e o castelhano.

Para os leitores familiarizados com a obra de José María Arguedas, percebe-se que tais temas são recorrentes em sua produção. Nesse sentido, este trabalho busca examinar *Los Ríos Profundos*, retomando os segmentos já mencionados e desenvolvendo, por meio de uma análise hermenêutica e comparada entre literatura e cultura andina, uma abordagem de caráter qualitativo. A partir dessa perspectiva, identificam-se três dimensões centrais da narrativa: (1) a natureza como sujeito espiritual e expressão da vida comunitária; (2) a linguagem, especialmente o uso do quíchua, como forma de resistência simbólica; e (3) a experiência do mestiço como metáfora da fragmentação

cultural do Peru moderno. O estudo dialoga, ainda, com a antropologia literária de Arguedas e com a crítica indigenista latino-americana.

2. A NATUREZA COMO UM SUJEITO ESPIRITUAL E EXPRESSÃO DA VIDA COMUNITÁRIA

Durante a narrativa, José María Arguedas evidencia, em diferentes passagens, a cosmovisão indígena e o animismo, de modo que se percebe, nos próprios detalhes da escrita, a representação da natureza como um sujeito espiritual. Essa presença se manifesta de forma muitas vezes abstrata, vinculada à história que determinados lugares, objetos ou figuras carregam, e aparece na obra por meio de recursos como a personificação, quando elementos materiais passam a ser sentidos como dotados de vida. É o que se observa, por exemplo, no momento em que o protagonista Ernesto toca os muros da cidade de Cusco e reconhece neles uma vitalidade própria, interpretando espiritualmente aquele espaço, como descrito pelo narrador:

Caminhei diante do muro, pedra após pedra. Afastava-me uns passos, contemplava-o e tornava a linha ondulante, imprevisível, como a dos rios, em que se encaixam os blocos de rochas. Na rua escura, no silêncio, o muro parecia vivo; na palma das minhas mãos flamejantes a junção das pedras que eu tinha tocado (Arguedas, 1958, p.12).

A partir disso, Arguedas vai construindo a cosmovisão de um passado que permanece vivo nos muros de Cusco. Trata-se de uma memória material e espiritual que resiste, ainda que atravessada pelo avanço de uma sociedade de matriz europeia que se impõe sobre o espaço andino. Mesmo sob esse processo

de sufocamento simbólico e social, os muros da antiga cidade se mantêm firmes, funcionando como emblema de continuidade histórica e de resistência frente às forças que buscam apagá-los. Essa leitura, além de emergir do enredo, dialoga com a experiência do próprio José María Arguedas, cujo pensamento se vincula a tradições narrativas e políticas indigenistas formuladas entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX. Nesse percurso, destacam-se intelectuais como Manuel González Prada e José Carlos Mariátegui, entre outros autores e sociólogos que contribuíram para deslocar os povos indígenas ao centro do debate social peruano, influenciando Arguedas em sua tentativa de compreender, com maior profundidade, os conflitos de uma sociedade marcada pela servidão imposta aos indígenas e por profundas desigualdades étnicas, culturais e sociais (Caro, 2024, p. 76).

O desenvolvimento dessas questões sobre a cosmovisão indígena, tal como Arguedas a apresenta, também decorre de uma recusa às representações andinas cristalizadas em leituras eurocentradas. Seu convívio com comunidades indígenas lhe proporcionou um olhar crítico em relação a certo repertório literário que não dava conta da complexidade do mundo andino. Ao mesmo tempo, essa experiência ampliou sua compreensão da cultura e da cosmovisão desses povos, evidenciando, no interior da sociedade peruana, desigualdades históricas que atravessam relações de classe, etnia e linguagem. Assim, sua narrativa passa a sustentar, com maior densidade, a coexistência tensa de polos culturais heterogêneos, indígena e europeu, articulando um resgate da memória que se manifesta tanto pela lembrança do protagonista Ernesto quanto pela presença de uma cultura que se percebe continuamente comprimida por processos de dominação (Caro, 2024, p. 76).

Nessa direção, a noção de memória pode ser aproximada da formulação de Maurice Halbwachs, retomada por Tognoli, ao afirmar que não existe memória individual isolada, pois nenhum sujeito se constitui fora das interações com o meio social. A memória, portanto, é sempre reconstrução do passado em um contexto coletivo, atravessado por referências compartilhadas (Tognoli, 2009, p. 125-129). Em *Los Ríos Profundos*, isso se evidencia quando Ernesto recupera lembranças vinculadas às viagens com o pai, experiências que não apenas intensificam seu contato com a cultura indígena, mas também o aproximam de uma relação de respeito com a natureza, percebida como presença significativa e viva: “Mas meu pai resolvia ir de uma aldeia a outra, quando as montanhas, os caminhos, os campos de jogo, o lugar onde dormem os pássaros, quando os detalhes da cidade começavam a formar parte da memória.” (Arguedas, 1958, p. 28).

Desse modo, percebe-se que, em *Los Ríos Profundos*, memória e natureza se articulam como dimensões inseparáveis, compondo um mesmo campo de experiência. Como observam Pimentel e Cardoso, “é a memória que permite estabelecer as muitas relações de vivências, experiências individuais e/ou coletivas que permanecem gravadas para se presentificar no discurso do narrador-personagem” (Pimentel; Cardoso, 2021, p. 14). Assim, o desenvolvimento de Ernesto decorre diretamente das experiências acumuladas nas viagens e do contato com diferentes culturas, que ele assimila e preserva como referências constitutivas de sua visão de mundo. Ao longo da narrativa, esse processo se aprofunda: o contato intercultural permite ao jovem reconhecer não apenas a beleza daquela realidade, mas também as contradições de uma sociedade dividida, marcada por hierarquias e violências. Ao mesmo

tempo, essas interações ampliam sua capacidade de perceber o outro e a própria natureza sob perspectivas menos instrumentalizadas e mais sensíveis.

A vida comunitária que Arguedas apresenta na obra se constrói a partir do esforço de evidenciar relações entre indivíduos, mas também do reconhecimento de uma luta cotidiana permeada por desigualdades históricas. Em um contexto atravessado por heranças da colonização europeia, persistem preconceitos e estruturas de subordinação que moldam as experiências dos sujeitos. É nesse cenário que Los Ríos Profundos expõe, de forma expressiva, situações de tensão social, como se observa na despedida de Ernesto e de seu pai da casa do Velho:

O rosto de Cristo, a voz do grande sino, o espanto que sempre havia na expressão do pongo e o Velho, de joelhos na catedral, mais silêncio de Loreto Kijllu, me oprimiam. Em nenhum lugar o ser humano sofre tanto. A sombra da catedral e a voz da “Maria Angola” ao amanhecer, renasciam, alcançavam-me... Saí. Já íamos embora (Arguedas, 1958, p. 23).

Esse trecho evidencia a desigualdade social que Ernesto percebe naquele espaço e, ao mesmo tempo, explicita a relação de servidão a que o pongo está submetido diante do Velho, produzindo no narrador um sentimento de opressão e vazio. Arguedas torna essa condição sensível ao leitor ao descrever a figura do pongo marcada pela precariedade e pelo desgaste, mas também pela afetividade contida no gesto de despedida. Nesse momento, o olhar antes esvaziado se transforma em emoção quando Ernesto parte daquele ambiente associado ao sofrimento, e a fala em quíchua intensifica o tom de vulnerabilidade e de vínculo humano:

Um pouco distante, o pongo estava de pé, apoiando-se na parede. Os rasgões de sua camisa deixavam transparecer partes do peito e do braço. Meu pai já tinha subido no caminhão. Aproximei-me do pongo e me despedi dele. Não ficou tão assombrado. Abracei-o sem apertá-lo. Ia sorrir, mas choramingou, exclamando em quíchua: 'Menininho, você vai embora: já está indo! Já está indo! (Arguedas, 1958, p.23).

Para além desses aspectos, a literatura arguediana também atribui centralidade às mulheres como expressão da vida comunitária, ao mesmo tempo em que explicita os conflitos de classe e o sufocamento vivido pelos povos indígenas diante daqueles que os oprimem. Nesse sentido, Arguedas evidencia formas de resistência que atravessam o cotidiano, entre as quais se destaca a atuação feminina na luta social. Em *Los Ríos Profundos*, as chicheras assumem papel fundamental ao se mobilizarem pela obtenção e distribuição do sal, bem essencial à população. A cena retrata não apenas a carência material, mas também a capacidade de organização coletiva e enfrentamento da autoridade, revelando a força política dessas mulheres no interior da comunidade. Como descreve o narrador:

Começaram a arrastar os sacos de sal até o pátio. Diante do assombro e da gritaria das mulheres tiraram quarenta fardos de sal branco para o pátio. - Padrezinho Linares: vem! - exclamou com um grito prolongado a chichera. - Padrezinho Linares, aí está o sal! - falava em castelhano - Aí está o sal! Aí está o sal! Este sim, ladrão! Este sim, maldito! A multidão parou, como se fosse necessário guardar um instante de silêncio para que as palavras da chichera alcançassem seu destino. A mulher tornou a chamar mais uma vez: - Padrezinho Linares...! Depois desceu do banco por um instante; fez evacuar a porta do armazém, deu várias ordens e as mulheres formaram uma rua, comprimindo-se umas contra as outras. E começou a distribuição (Arguedas, 1958, p. 92).

A presença da mulher como sujeito ativo da luta social, tal como representada por Arguedas, dialoga com processos históricos mais amplos da América Latina. Figuras femininas participaram de forma significativa dos movimentos de independência, tanto nas colônias portuguesas quanto nas espanholas. Segundo Maria Lígia Prado, a atuação dessas mulheres foi, durante muito tempo, secundarizada pela centralidade atribuída ao herói masculino na narrativa histórica. No entanto, sobretudo na segunda metade do século XIX e no início do século XX, biografias e estudos passaram a evidenciar a participação ativa de mulheres nos processos de emancipação latino-americanos. Diferentemente do caso brasileiro, as independências na América Hispânica se prolongaram por períodos mais longos, variando entre dez e quinze anos, o que gerou incertezas quanto ao êxito da luta e abriu espaço para um engajamento feminino mais direto, incluindo, em muitos casos, a participação armada (Prado, 2004, p. 34–35).

Retomando a cosmovisão indígena, a natureza como sujeito espiritual se afirma, em *Los Ríos Profundos*, sobretudo a partir de uma concepção animista que atravessa toda a obra de Arguedas. Desde o primeiro capítulo, quando Ernesto toca os muros de pedra de Cuzco e percebe neles uma presença espiritual, até episódios posteriores, como a relação com o zumbayllu, reconhecido como um ente dotado de agência, a narrativa atribui vida e sentido aos elementos naturais. Contudo, é no episódio que dá título ao livro que esse animismo se expressa de forma mais contundente, quando o protagonista se depara com os rios profundos e encontra neles não apenas uma força natural, mas também esperança para o futuro e acolhimento diante das adversidades do presente:

A harpa suavizava a canção, não punha nela a aguda tristeza que há na voz do homem. Por que, nos rios profundos, nesses abismos de rochas, de arbustos e sol, o tom das canções era doce, sendo bravia a torrente poderosa das águas, tendo os precipícios essa feição aterradora? Talvez porque nessas rochas há flores pequenas e delicadíssimas que bricam com o ar, e porque a correnteza trovejante do grande rio vai por entre as flores e trepadeiras onde os pássaros são alegres e felizes, mais que em nenhuma outra região do mundo. O cantor continuou acentuando o lamento em versos:

Kitimuk', kaptiyña	Quando o viajante voltar a ti
pallkanki ramanki	te bifurcarás, te estenderás em braços
Kikiy, challwaykuspay	Então eu mesmo, os peixinhos,
aywakunallaypak	criarei, deles cuidarei.
Yaku faltaptinpas	E se lhes faltar a água que tu lhes
dás,	
ak'o faltaptinpas	se lhe faltar areia
ñokacha uywakusak'j	eu os criarei
Warma wek'eymanpas,	com minhas lágrimas puras,
ñawi ruruywapas	com as meninas de meus olhos
(Arguedas, 1958, p. 161).	

2.2 A linguagem — especialmente o uso do quíchua — como forma de resistência simbólica.

Arguedas, apesar de ter ascendência espanhola, dominava o quíchua, língua indígena que conheceu e aprofundou por meio de suas investigações e de sua convivência com comunidades nativas. Trata-se, inclusive, de um idioma que, na atualidade, possui status oficial no Peru, evidenciando a permanência de uma tradição linguística indígena em um contexto historicamente marcado pela imposição da língua do colonizador (Caro, 2024, p. 76). Essa diferença entre línguas é explorada em *Los Ríos Profundos* de modo estrutural: Arguedas não restringe a narrativa ao castelhano, associado à cultura europeia e às instituições de poder, mas também confere ao quíchua um lugar de referência simbólica, afetiva e cultural. Nessa direção, Pimentel e Cardoso observam que o contato

intercultural nas Américas produziu rearranjos imprevisíveis, formando “microclimas” culturais e linguísticos nos quais as línguas repercutem umas sobre as outras de maneira intensa, muitas vezes abrupta e conflitiva, e não como simples síntese pacífica. Em Arguedas, essa tensão se manifesta ao longo do romance, quando o quíchua passa a ocupar espaços decisivos, deslocando e tensionando o predomínio do castelhano (Pimentel; Cardoso, 2021, p. 58).

O conflito linguístico aparece com nitidez em passagens nas quais a língua indígena é interdita por autoridades religiosas, como no templo de Abancay, quando o padre se recusa a utilizar o quíchua mesmo diante de um público que o compreende: “Durante a missa, o padre pronunciou um longo sermão, em castelhano. Nunca falava em quíchua no templo de Abancay” (Arguedas, 1958, p. 150). Ainda assim, a linguagem não se reduz, na obra, a um campo de disputa: ela também é veículo de transmissão cultural. Arguedas incorpora momentos em que o quíchua exprime sentidos comunitários, afetos e visões de mundo que não se deixam traduzir plenamente pelo castelhano, como ocorre, por exemplo, quando é entoada a canção de despedida dirigida a Ernesto e a seu pai, na qual a língua indígena funciona como memória viva e como pertencimento coletivo:

Ao sair da missa, entre foguetes e o dobrar dos sinos, meu pai abraçou no átrio da igreja Pablo Mayawa e Victor Pusa, alcaides da comunidade. Em seguida montamos a cavalo, na praça, para começar a imensa viagem. Saímos do casario e começamos a subir a encosta. As mulheres cantavam o jarahui da despedida:

Ay warmallay warma
yuyayhunkim, yuyayhunkim!
Jhatun yurak' ork'ó
kutykachimunki;

Não te esqueças, meu menino,
não te esqueças!
Morro branco,
faz voltar;

abrapi puquio, pampapi puquio do pampa	água da montanha, manancial
yank'atak' yakuyanman, Alkunchallay, kutiykamchu	que nunca morra de sede.
raprachayakipi apaykamunki, Riti ork'o, jhatun riti ork'o	Falcão, carrega-o em tuas asas e faz ele voltar.
yank'tak' ñannimpi ritiwak'; yank'atak' wayra	Imensa neve, pai da neve, não o firas no caminho
ñannimpi k'ochapaykunkiman. Amas pára aras pára	Vento mau não o toques.
aypankichu; amas k'ak'a, aras k'ak'a	Chuva de tempestade, não o alcances.
precipício, ñannimpi tuñinkichu.	Não, precipício, atroz não o surpreendas!
Ay warmallay warma kutiykamunki	Filho meu, hás de voltar,
kutiykamunkipuni! p. 43-44).	hás de voltar!" (Arguedas, 1958,

Desse modo, Arguedas evidencia, como também ocorre em outras obras suas, a exemplo de *Yawar Fiesta*, um projeto literário voltado a representar o Peru em sua complexidade cultural e social. Nessa perspectiva, o indígena não aparece como figura marginal, mas como parte constitutiva de uma sociedade multiétnica, atravessada por tensões históricas nas quais o confronto entre heranças europeias e a memória das civilizações andinas integra o próprio processo de formação do mundo hispano-americano. Assim, a presença simultânea do castelhano e do quíchua não cumpre apenas uma função estética ou “folclórica”: ela expõe uma disputa real de valores, hierarquias e pertencimentos. Ao mobilizar ambas as linguagens, Arguedas apresenta a cultura dos povos originários e, ao mesmo tempo, torna visível o tecido social peruano, marcado por conflitos cotidianos que jovens como Ernesto, e tantos outros, enfrentam na experiência concreta de uma

modernidade excludente. Nessa dinâmica, a linguagem se afirma como símbolo de cultura e como forma de resistência (Caro, 2024, p. 73).

2.3 A experiência do mestiço como metáfora da fragmentação cultural do Peru moderno.

Um dos eixos centrais discutidos neste capítulo diz respeito às relações interculturais entre diferentes povos, abrangendo desde a concepção da natureza como sujeito, a valorização da vida comunitária, até a linguagem como símbolo de resistência. Todos esses aspectos convergem para um ponto comum: a experiência da diferença e as formas pelas quais distintos grupos se relacionam entre si. Nesse contexto, torna-se fundamental analisar a experiência do mestiço, representada na figura de Ernesto, como metáfora da fragmentação cultural que se projeta sobre o próprio Peru moderno, atravessado por dinâmicas de racialização, etnia e conflitos de classe.

Um dos primeiros episódios que evidenciam essa condição ocorre quando Ernesto, no capítulo *As Viagens*, se depara com uma aldeia hostil à presença de forasteiros. O ambiente é descrito como marcado pela rudeza e pela desconfiança, estendendo-se inclusive aos animais, já que, segundo o narrador, as crianças circulavam com baladeiras nas mãos e entoavam cantos afirmando que suas plantações estavam envenenadas.

Diferentemente de outras comunidades indígenas pelas quais havia passado, onde fora recebido de maneira calorosa e receptiva, Ernesto vivencia ali a experiência da exclusão e da discriminação, sentindo-se incapaz de pertencer àquele espaço. Esse estranhamento, resultado de sua condição

mestiça, conduz à decisão de abandonar a aldeia, evidenciando o não pertencimento que atravessa sua trajetória:

Abandonei aquela aldeia quando os índios levavam sua cruz no meio da praça. Tinham-se reunido com suas mulheres, à luz de lampiões e pequenas fogueiras. Passava da meia-noite. Preguei nas esquinas cartazes em que me despedia dos moradores, amaldiçoando-os. Saí a pé, para Huancayo (Arguedas, 1958, p. 29).

Desde o início de *Los Ríos Profundos* fica claro a relação de diferença de classes entre pessoas, tanto pela figura do Velho que se coloca como uma elite aristocrática descrito pelo próprio Ernesto como sendo o “Anticristo”, a diferença de olhares para a figura do Velho desde Ernesto e seu pai assim como os próprios indígenas demarca não apenas uma relação de classes, mas como também uma relação étnico cultural, na qual o Velho, tio de Ernesto assim como o próprio protagonista advém de origem espanhola, isso é algo que denota também a figura do *pongo*³ que seria algo como indígena da fazenda que trabalha sem receber, em troca de alimentos e moradia, uma figura a margens para uma pessoa como o Velho, e rejeitada pelos próprios indígenas ao se submeter a isso:

Ao canto do sino animava-se dentro de mim a imagem humilhada do pongo, seus olhos fundos, os ossos de seu nariz, que era a única coisa enérgica de sua estampa; sua cabeça descoberta onde os cabelos pareciam premeditadamente em desordem, cobertos de imundície. ‘Não tem pai nem mãe, só sua sombra’, ia repetindo, lembrando da letra de um huayano, enquanto esperava, a cada passo, uma nova batida do imenso sino.” (Arguedas, 1958, p. 21).

Essa diferença entre uma figura de origens europeias para a cultura indígenas dentro do processo da estética para a experiência do mestiço como Ernesto que apesar de ter origens espanholas ainda guarda dentro de si origens

indígenas, de tal modo a forma que ele percebe as coisas não é o olhar de apenas um lado e ao ver a figura do *pongo* ela muito reflete a própria situação de Cuzco no primeiro capítulo do livro:

Como as pedras maiores dos rios ou dos precipícios. Os incas tinham a história de todas as pedras “encantadas” e as faziam carregar para construir a fortaleza. E essas com que eles construíram a catedral? - Os espanhóis as cinzelaram.” (Arguedas, 1958, p. 15).

Como as pedras da antiga cidade inca agora servindo para construção de catedrais espanholas fez com que o espírito daquela cultura se perdesse, assim como o pai de Ernesto ressalta que ela foi “cinzelada”, que permite uma reflexão sobre a relação antropológica entre indivíduos, como descrito por Roque de Barros Laraia em seu livro *Cultura um conceito antropológico*, ele desenvolve a ideia de determinismo geográfico, na qual diferentes povos com uma grande diversidade biológica e geográfica convivendo em um mesmo ambiente de forma que desenvolvem sua cultura em paralelo com a outra, mas sem necessariamente uma interferir de forma ativa sobre ambas, porém o autor descreve um caso em que ocorre numa sociedade semelhante a do livro o que ele chama de um *Manifesto sobre aculturação*, no caso uma mudança brusca no estilo de vida de um povo para outro, devido a influência de uma outra sociedade que pode conviver num mesmo ambiente geográfico e biológico, que ele afirma que “existem dois tipos mudanças cultural: uma interna, resultante da dinâmica do próprio sistema cultural, e uma segunda que é o resultado do contato de um sistema cultural com outro” (Laraia, 2001, p. 14-50).

A partir dessa visão da natureza como um sujeito dentro dos aspectos do determinismo biológico quanto o geográfico é possível correlacionar as

entidades modernas que subjugam a terra e a cultura da mesma forma que os espanhóis fizeram e Arguedas descreve na qual ele prontamente faz um paralelo com a modernidade capitalista no século XX, e esse “cinzelamento” com a perda do espírito na natureza e o tal como o *pongo* ser marginalizado seria um efeito do “mal desenvolvimento” como o autor Alberto Acosta descreve em seu texto *O Bem Viver: Uma oportunidade para imaginar outros mundos*, que a vida consumista predador colocaria em risco o equilíbrio ecológico global, além a marginalização dos demais seres humanos, incluindo também a devastação ambiental e social devido a um desenvolvimento, na qual esse texto faz-se relevante tanto para o período atual, quanto para o de Arguedas e a realidade do livro *Los Ríos Profundo*, como ainda se fez importante para a expansão europeias durante os período das grandes navegações nas américas, que tanto para um quesito geográfico como biológico ele se disseram como disseminadores do “desenvolvimento” (Acosta, 2016, p. 199-200).

A experiência do mestiço como Ernesto que apesar de ter raízes espanholas ainda tem relação aos povos indígenas, diferente do que se faz pensar ele não se torna uma ponte entre dois mundos devido ao fato dele não ser aceito como membro fundacional de nenhum dos lados, e isso derivasse de um processo histórico longo que advém desde os processos independentistas especialmente dentro da américa-hispânica com movimentos de separação entre culturas, como descrito por Maria Lígia Coelho Prado em seu texto sobre *O Brasil e a Distante América do Sul*, onde apresenta a diferença entre as independências da américa onde no Brasil se seguiu em rumo a uma monarquia com Dom Pedro I e o território hispânico se dividiu em diversas repúblicas independentes, mas essas separações da américa espanhola não se resumiu

apenas a território geográfico, mas também étnico e racial, enquanto o Brasil trabalhava numa ideia de identidade interna derivada da fusão de “três raças”, a branca, a negra e a indígena, a América seguia numa filosofia de “nós” e “eles” delimitando de maneira clara da diferença entre cada povo, cultura, etnia e “raça” (Prado, 2001, p. 3-9).

Aqui pode-se entender mais o caso do *pongo*, que não é aceito pelas comunidades indígenas, por ele ter se submetido ao outro, não fazendo mais parte do “nós”, mas essa submissão pode advir de um processo de instrumentalização, com a população aprendendo a servir ao outro sem questionar, mas aqui como no caso de Ernesto que ao observar a rebelião pelo sal das *chicheras* é repreendido, mesmo que isso tenha ocorrido porque a população estava necessitada, com Arguedas descrevem a reação do padre Linares:

O padre diretor levou-me para a capela do colégio. Diante do pequeno altar enfeitado com flores artificiais, deu-me de chicote. - É meu dever sagrado. Você foi atrás da indiada, perturbada pelo demônio. O que foi que eles fizeram, o que foi que eles fizeram? Conta para Deus, defronte de seu altar. Era um chicotinho trançado. Recebi os golpes e a dor quase jubilosamente. Lembrei do estalar dos relhos no casario de Patibamba. Inclinei-me sobre o tapete, nos degraus do altar. - Viram você correr por Huanapata, atrás das mulas roubas pelas índias. Você cantava com as foragidas? Cantava? Fala! - Cantava sim. Levava o sal para os pobres da fazenda. Cantávamos! Meu peito parecia inundado de fogo (Arguedas, 1958, p. 105).

Complementado a essa experiência o padre ao mesmo tempo que desprezava aqueles a luta por levar o sal aos pobres, posteriormente glorificava e elogiava coronel-prefeito, e nunca falando em *quíchua* com seus sermões sendo unicamente em castelhano durante a missa, desta forma percebe-se a

forma que essa instrumentalização se discorrer também por meio das instituições eclesíásticas. (José Maria Arguedas, 1958, p. 150)

Além do mais a experiência do mestiço não se dá unicamente pelo conflito, contraponto para o que foi trago até aqui, mas também pela interação, em vários dos momentos durante a história é mostrado o contado de Ernesto com a cultura indígena e como que ele gosta de suas manifestações, não só como foi no caso das *chicheras*, mas em outros momentos como no capítulo dez a chamado de Yawar Mayu onde Ernesto observa músicos e cantores numa passeata de uma banda militar, e isso se formula através desse contato com diferentes mundos, que apesar de ser marginalizado por ambos os lado ele ainda pode sentir certas tradições que ambos trazem (Arguedas, 1958, p. 151).

Isso se configura como dentro de conceitos antropológicos como que Roque de Barros Laraira primeiramente de *O Determinismo Biológico* que seria o reconhecer na cultura e tradição de cada povo o que ele chama de endoculturação, na qual não se dar por genética, mas pela educação, ao que se complementa quando ele descreve quando *O Indivíduos Participam Diferentemente De Sua Cultura*, quando ele diz que é sim possível um indivíduo participar de diferentes culturas, porém com adendos, como a faixa etária dos jovens, adultos e idosos podem desempenhar papéis diferentes dependendo da cultura que se insere, mas deixa um adendo mesmo que conheça muito sobre a cultura do outro é impossível saber de tudo, de tal modo podemos trazer o diálogo de volta para Ernesto que tem um contato singular entre ambas as culturas, para ele será impossível saber de tudo sobre ambas, mas ainda assim ele vai ter uma visão só suas sobre os diferentes pontos de vistas (Laraia, 2001, p. 39-45).

3 METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa aplicada adota métodos de análise de conteúdo considerando principalmente a perspectiva hermenêutica e de literatura comparada para poder compreender a cosmologia e antropologia literária arguediana, de tal modo que o enfoque deste trabalho se deu principalmente da conversa do autor com outras fontes, mas especialmente com a própria cultura andina, buscando a partir disso destrinchar a obra de Arguedas *Los Ríos Profundos*, apresentando suas temáticas, como também discutindo cada uma delas com diferentes autores podem não só fornecer informação, mas como também enriquecer esta obra cheia de detalhes acerca de diferentes culturas.

Um dos elementos fundamentais para a construção desse trabalho ou a dicotomia entre história e literatura que em primeiro momento parece opostos por muita da literatura se sustentar num ficcional, e a história no factual, mas na verdade ambas se complementam como autores como os autores Maria Lucinete Fortunato e Raquel Thomaz de Andrade dizem em seu artigo *Narração Histórica, Narração Literária: Uma aproximação possível*, que dentro do campo da historiografia é do trabalho do historiador muito se formula a partir da narrativa, tal qual uma narrativa literária, dessa forma ambos os lados podem se conciliar a partir de uma perspectiva em comum.

Além disso o estudo de história e literatura proporcionou para além das características naturais da história, mais como serviu para atribuir conhecimento e teorias advindos da literatura, como a literatura comparada, que como Sandra Nittrini vai dizer em seu texto *Teoria Literária e Literatura Comparada*, que vai

transcrever a história da Teoria literária e Literatura Comparada que vai permitir um grande aparato para as produções acadêmicas como ela descreve:

O perfil da produção científica da área de Teoria Literária e Literatura Comparada se compõe de trabalhos que recobrem o estudo de aspectos teóricos da poesia e do romance, envolvendo suas relações com a sociedade e a psicanálise, aspectos teóricos da história literária e da tradução literária, estudos das fontes, ecdótica e genética textual, análise dos diferentes níveis do discurso, estudo sobre o ensino da literatura no Brasil e, finalmente, estudo de autores, na perspectiva de literatura com parada.” (Nitrini, 1994, p. 476)

Para mais dentro das teorias da história a interdisciplinaridade que aqui se faz presente faz parte de um processo histórico do final do século XIX e início do século XX, processo que muito possivelmente o próprio José Maria Arguedas presenciou que foi a formação da história nova, com a escola dos Annales, como vai dizer a professora e historiadora Sandra Jatahy Pesavento dentro de seu livro *História & História Cultural*, que os Annales vão propuser uma nova alternativa para o marxismo, chamada de narrativa-histórica, que proporcionará uma análise histórica que poderá se adentra em níveis econômicos, sociais e culturais.

A situação se revelava paradoxal, pois na sua criação, durante os anos 1930, a história dos Annales se propusera tanto como alternativa ao marxismo quanto como reação à história do acontecimento, ou ainda ao que se chamava de uma história-narrativa. A nova historiografia dos Annales inovara com as suas categorias de estrutura e conjuntura, conceitos identificadores da longa e da média duração e que passaram a operar como marcos explicativos para uma outra concepção dos marcos temporais na análise da história. Mesmo na sua crítica aos pressupostos marxistas, a história dos Annales privilegiava em sua análise os níveis econômico e social da realidade, relegando a cultura a uma terceira instância. Entretanto, após décadas de percurso, era

acusada justamente de um vazio teórico e um reduzido poder explicativo.” (Pesavento, 2012, p. 7).

Desta forma este trabalho se originou, para abordar diferentes aspectos da literatura quando da história, mas também apresentando outras interdisciplinaridades como a antropologia, permitindo assim fazer uma análise e crítica da obra literária do escritor José Maria Arguedas, que como apresentado esta obra possui muita história, desde a formação da natureza como um sujeito espiritual, ou a linguagem como símbolo de resistência e até mesmo, a experiência do mestiço que se forma a partir de um longo processo histórico-cultural, que muito bem foi apresentado dentro desta obra arguediana que não reflete só o passado, mas como a modernidade do século XIX com os paralelos para a vida do autor.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou analisar a obra literária *Los Ríos Profundo*, em português *Os Rios Profundos*, do escritor José Maria Arguedas que busca colocar o indígena como um papel central de sua trama, o desenvolvendo e buscando apresentar sua cultura com características próprias e sempre fazendo críticas ao preconceito e a forma que se desenrolou as lutas classes que esteve presente até durante a contemporaneidade de Arguedas no século XX e que ainda se faz presente dentro da sociedade andina atual.

De tal modo o livro *Los Ríos Profundos* ao trazer como protagonista alguém mestiço, nos propiciou a entender diferentes pontos de

vista do mundo andino, não só do ponto de vista do branco, mas também do ponto de vista do indígena, pelos olhos de um alguém que dentro dessas duas culturas seria um estranho por não pertencer a ambas.

Os resultados apontam que *Los Ríos Profundos* constitui uma obra significativa da literatura indigenista latino-americana, ao propor uma visão integrada entre natureza, cultura e espiritualidade. A personagem Ernesto, ao ver nos rios e nas pedras de Cuzco presenças dotadas de alma, revela o animismo próprio da cosmovisão andina e o profundo vínculo entre homem e território. A obra denuncia as desigualdades e violências impostas pela colonização e pelas hierarquias raciais, mas também celebra a força da memória e da palavra como meios de reconstrução identitária. Assim, Arguedas converte a literatura em um espaço de mediação entre mundos, reafirmando a importância da cultura indígena na formação do Peru contemporâneo e propondo uma ética de convivência e reciprocidade com a terra.

REFERÊNCIAS

ARGUEDAS, José Maria. **Os rios profundos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver**: Uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2020.

CARO, Alessandra Ferro Salazar. **A crítica da colonização peruana e das tensões culturais em Yawar Fiesta, de José Maria Arguedas**. São Luís: Revista do Centro de Educação, Letras e Saúde, 2024.

FORTUNATO, Maria Lucinete Fortunato; ANDRADE, Raquel Thomaz de. **Narração histórica, narração literária uma aproximação possível**. João Pessoa: Revista de História, 2009.

LARAIRA, Roque de Barros. **Cultura: Um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais/ Projetos globais: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento limiar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020.

NITRINI, Sandra. **Teoria literária e literatura comparada**. São Paulo: Estudos Avançados, 1994.

PIMENTEL, Flávio Reginaldo; CARDOSO, Elizabeth. **Identidade e memória em Os rios profundos, de José Maia Arguedas**. São Paulo: Revista Moura, 2021.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

PRADO, Maria Ligia Coelho. **América latina no século XIX: Tramas, telas e textos**. São Paulo: Edusp, 2004.

SALO, Beatriz. **La maquina cultural: Maestra, traductores y vanguardistas**. Buenos Aires: Editorial Planeta Argentina, 1998.

TOGNOLI, Sônia Érika Kátia do Amaral. **Maurice Halbwachs: A memória coletiva**. Curitiba: Scripta Alumni Uniandrade, 2009.

Capítulo VI

UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA NA OBRA DE JOÃO RENÔR FERREIRA DE CARVALHO

Igor Andrade da Silva¹¹

Raimundo Carvalho Moura Filho¹²

1 INTRODUÇÃO

A historiografia brasileira, especialmente no que se refere à Amazônia e aos sertões do Norte e Nordeste no período colonial, passou por transformações decisivas ao longo do século XX, impulsionadas pela crítica às narrativas tradicionais de viés eurocêntrico. Nesse movimento, a incorporação de novos referenciais teóricos e metodológicos permitiu deslocar o foco interpretativo, valorizando sujeitos historicamente silenciados, em particular os povos indígenas, não mais como pano de fundo da colonização, mas como agentes de processos e conflitos. É nesse contexto de renovação historiográfica que se insere a obra de João Renôr Ferreira de Carvalho, ao propor uma leitura crítica da colonização e enfatizar a agência indígena nos confrontos que marcaram a ocupação da Amazônia e do Piauí entre os séculos XVII e XVIII.

¹¹ Graduando em História na Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL). Email: igor.andrade@uemasul.edu.br

¹² Docente da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS) e da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL). Doutor em História pela Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Bolsista Produtividade em Pesquisa da Universidade Estadual do Tocantins – Unitins. Líder do Grupo Latinoamericano de Estudos Históricos e em Educação (Unitins/Cnpq). E-mail: raimundo.cm@unitins.br/ raimundo.filho@uemasul.edu.br

A partir das reflexões de Barros (2019), compreende-se a historiografia não apenas como produto final, isto é, livros e artigos, mas como um “iceberg” sustentado por bases menos visíveis, onde se situam escolhas teóricas, procedimentos metodológicos, recortes, sensibilidades e compromissos interpretativos que orientam a escrita da História.

Este capítulo examina a produção historiográfica de João Renôr, ressaltando suas contribuições para a compreensão da resistência indígena diante da expansão colonial portuguesa. Para isso, estabelece-se um diálogo com autores centrais da historiografia e da história cultural, como Barros (2019), Pesavento (2003), Cunha (1992) e Mello (2016), buscando evidenciar os fundamentos analíticos que dão sustentação à interpretação do passado formulada por Renôr e, ao mesmo tempo, situá-la no interior de debates mais amplos sobre cultura, poder e colonialidade.

Ao longo da análise, procura-se compreender de que modo o autor mobiliza conceitos como historiografia, representação, poder e legislação para interpretar conflitos que envolveram missionários, colonos, autoridades régias e populações indígenas. Parte-se do entendimento de que a escrita da História ultrapassa a simples narração de acontecimentos, pois implica escolhas, disputas em torno da memória e modos específicos de representar sujeitos, territórios e temporalidades, aspecto que se torna ainda mais sensível quando se trata de populações submetidas a regimes coloniais de dominação. Desse modo, ao examinar Resistência Indígena no Piauí Colonial (1718–1774), busca-se evidenciar como João Renôr contribui para a consolidação de uma História Indígena que reconhece os povos originários como sujeitos políticos ativos,

capazes de interferir nos rumos da colonização, negociar, resistir e, sobretudo, produzir limites concretos ao poder colonial.

1. O Historiador e a construção do passado: O conceito de Historiografia

A historiografia é tradicionalmente compreendida como o estudo da escrita da História, mas seu alcance é muito mais amplo. Ao analisar a produção de João Renôr Ferreira de Carvalho, torna-se imprescindível compreender que a historiografia não se reduz às produções finais, como livros e artigos. Conforme José D'Assunção Barros destaca na obra *Historiografia como fonte histórica*, especialmente no capítulo “História e Historiografia: todas as interações possíveis”, a historiografia deve ser entendida como um vasto universo de produções intelectuais, construído ao longo do tempo por diferentes autores e historiadores.

Em um primeiro momento, Barros (2019) propõe uma distinção central entre o processo histórico propriamente dito e sua forma de registro, ao definir a historiografia como “História escrita”. Como sintetiza o autor: “Nesse sentido, a Historiografia é a ‘História escrita’, de modo que não é à toa que a expressão indica literalmente isto (historio-grafia)” (Barros, 2019, p. 13). A história, grafada com “h” minúsculo, diz respeito ao conjunto de acontecimentos e experiências vividas ao longo do tempo; já a “História”, com inicial maiúscula, corresponde ao discurso elaborado sobre o passado. Assim, a historiografia ultrapassa a ideia de um simples acervo de obras, constituindo um

campo amplo que abrange desde narrativas antigas até produções contemporâneas, com seus pressupostos e disputas interpretativas.

Ainda segundo Barros (2019), a historiografia não deve ser apreendida apenas por meio de seus produtos finais, mas sobretudo a partir da estrutura profunda que os fundamenta. Para explicitar essa dimensão, o autor mobiliza a metáfora do “iceberg”, argumentando que as obras publicadas correspondem apenas à parte visível de um sistema muito mais complexo. Essa base, “abaixo da linha d’água”, é sustentada por opções teóricas, procedimentos metodológicos e paradigmas científicos que orientam o trabalho do historiador e a própria construção do conhecimento histórico.

Por isso, compreender a historiografia exige mergulhar nesses fundamentos menos aparentes, onde se articulam a produção, o pensamento e a ação dos historiadores. Como afirma Barros: “A historiografia é constituída por tudo o que os historiadores fizeram (sua *poiésis*), pensaram (sua teoria), assim como pelos modos como agiram (sua *práxis*). Por isso, ainda que a dimensão produtiva já enseja por si um vasto universo textual a considerar, estas realizações historiográficas concretizadas na forma de textos ou de quaisquer outras mídias constituem apenas a ilha de topo deste imenso iceberg que é a Historiografia” (Barros, 2019, p. 19)¹³:

A historiografia é constituída por tudo o que os historiadores fizeram (sua *poiésis*), pensaram (sua teoria), assim como pelos modos como agiram (sua *práxis*). Por isso – ainda que a dimensão produtiva já enseja por si um vasto universo textual a considerar – estas realizações historiográficas concretizadas na forma de textos

¹³ A metáfora do iceberg indica que análise historiográfica deve assumir o caráter de uma verdadeira arqueologia do saber, voltada a identificar as camadas invisíveis de pressupostos ideológicos e metodológicos que dão sustentação ao texto final.

ou de quaisquer outras mídias constituem apenas a ilha de topo deste imenso iceberg que é a Historiografia.

Dessa maneira compreender a historiografia implica além do conteúdo escrito, atentando também para a sensibilidades, representações e imagens que o autor projeta sobre seu objeto de estudo. Assim, a historiografia se configura como um campo em permanente renovação no qual historiador atua como intérprete, desvendando as camadas de intencionalidades presentes nos textos para construir uma compreensão rigorosa e crítica.

2. O PAPEL DA REPRESENTAÇÃO

A obra *História & História Cultural*, de Sandra Jatahy Pesavento, possibilita compreender o passado como um conjunto de representações. Para a autora, o mundo histórico não se reduz ao “que aconteceu”, mas abrange as formas pelas quais indivíduos e grupos perceberam, interpretaram e registraram a realidade, a partir de seus valores, crenças, interesses e preconceitos. Ao analisar a historiografia relativa à Amazônia e ao Piauí colonial, Pesavento observa que os relatos europeus estão longe de constituir descrições neutras da realidade.

Pelo contrário, configuram-se como projeções de sensibilidades específicas, marcadas pelo medo diante do desconhecido, pela cobiça em relação às riquezas naturais e pela crença em uma missão civilizadora e religiosa. Esses elementos orientaram a construção das narrativas coloniais e condicionaram a forma como os territórios e seus habitantes foram descritos.

Nesse contexto, o “outro”, isto é, o indígena, raramente aparece por meio de sua própria voz. Ele é apresentado de forma mediada pelo olhar do colonizador, que ora o representa como bárbaro, ora como uma alma a ser convertida. Ao tratar da ocupação de territórios como a Amazônia e o Piauí, Pesavento recorre ao conceito de representação para explicar como os europeus projetaram sobre o chamado Novo Mundo seus próprios valores, desejos e temores, transformando a alteridade em objeto de classificação e dominação simbólica. Pesavento (2003) argumenta que o olhar histórico jamais é neutro.

O europeu que chegava à Amazônia ou ao Piauí trazia consigo uma verdadeira “grelha de percepção”, responsável por filtrar e organizar aquilo que era observado. Arthur César Ferreira Reis acrescenta que a Amazônia foi frequentemente representada como um espaço de exuberância extrema, muitas vezes concebido como uma força natural desmedida, capaz de subjugar ou anular a vontade humana. Para Pesavento (2003), a Amazônia foi projetada no imaginário europeu como um território de riqueza infinita, sendo o mito do Eldorado o exemplo mais emblemático de como a ganância europeia converteu a floresta desconhecida em um espaço de desejo e exploração econômica. Essa construção simbólica não apenas estimulou expedições e empreendimentos coloniais, mas também alimentou expectativas irreais sobre a região. Reis (2021) complementa essa análise ao destacar que tais representações, marcadas pela insegurança e pelo estranhamento, produziram estigmas de inferioridade associados ao clima e ao solo amazônicos.

Difundiu-se, assim, a ideia de que a região constituía um desafio intransponível para o homem considerado “civilizado”, concepção que serviu

tanto para justificar o fracasso de determinadas experiências coloniais quanto para reforçar preconceitos sobre a suposta incapacidade produtiva do território.

A relação dos europeus com os territórios da Amazônia e do Piauí pode, portanto, ser compreendida, à luz de Pesavento (2003), como uma construção de representações que frequentemente substituíram a realidade material pelo desejo e pela emoção. Reis (2021), por sua vez, ressalta a percepção da região como um “empório de matérias-primas” e como expressão de um mundo tropical exótico, moldado prioritariamente pelos interesses econômicos e pelas expectativas europeias. Dessa forma, a floresta densa e o sertão piauiense não foram apenas descobertos, mas também inventados como espaços de ganância. O mito do Eldorado e a busca pelas chamadas “drogas do sertão” materializam um imaginário de riqueza ilimitada, que impulsionou a expansão do capital mercantilista e orientou, de maneira decisiva, os projetos coloniais na região.

2.3 A crítica aos precursores

Para compreender a evolução da escrita sobre o passado amazônico e piauiense, torna-se necessário retomar o debate travado entre os grandes precursores da historiografia nacional. No século XIX, Francisco Adolfo de Varnhagen estabeleceu as bases de uma narrativa histórica profundamente centrada no europeu, na qual os povos indígenas eram frequentemente relegados à condição de selvagens, desprovidos de historicidade própria e situados à margem do processo civilizatório. Essa perspectiva, entretanto,

passou a ser sistematicamente questionada por Capistrano de Abreu, cujas intervenções críticas lançaram fundamentos decisivos para uma nova compreensão da agência histórica dos povos nativos.

Embora ainda inserido em um horizonte intelectual marcado por limites de sua época, Capistrano promoveu deslocamentos importantes ao tensionar leituras cristalizadas sobre o passado colonial e ao problematizar interpretações que negavam aos indígenas qualquer forma de racionalidade histórica. Manuela Carneiro da Cunha inicia sua reflexão justamente a partir da leitura crítica da obra de Varnhagen, utilizando-a para evidenciar o preconceito que excluiu os indígenas da história nacional. Inserido em uma visão evolucionista característica do século XIX, Varnhagen compreendia os povos indígenas como vivendo em uma espécie de “infância da humanidade”, concepção que os desqualificava enquanto sujeitos históricos plenos.

Essa leitura pressupunha uma hierarquização das sociedades humanas e associava a historicidade apenas àquelas consideradas portadoras de escrita, Estado e instituições políticas nos moldes europeus. Para Varnhagen, tais sociedades eram concebidas como estáticas e incapazes de produzir uma trajetória histórica própria, o que o levava a afirmar que, sobre elas, não se poderia fazer história, mas apenas etnografia. Cunha destaca, nesse ponto, a importância de Capistrano de Abreu como um contraponto crítico dentro da mesma tradição historiográfica. Embora não tenha rompido integralmente com todos os pressupostos do pensamento oitocentista, Capistrano tensionou suas bases ao recusar generalizações e ao exigir maior rigor empírico na análise das populações indígenas.

Ao editar a História geral do Brasil, de Varnhagen, Capistrano de Abreu recorreu estrategicamente às notas de rodapé para questionar as baixas estimativas populacionais atribuídas aos indígenas e para problematizar a suposta ausência de racionalidade que lhes era imputada. Esse procedimento, aparentemente técnico, teve implicações profundas, pois abriu espaço para reconhecer os indígenas como agentes históricos dotados de organização social, estratégias políticas e capacidade de ação diante da expansão colonial. Cunha (1992) articula as contribuições desses dois autores para propor uma ruptura historiográfica mais profunda. Enquanto Varnhagen negava aos povos indígenas a possibilidade de uma história própria e Capistrano a reivindicava sobretudo por meio da correção de dados e interpretações, a autora defende a construção de uma História Indígena que compreende a cultura como um fenômeno dinâmico, histórico e político.

Nessa perspectiva, os indígenas deixam de ser vistos como resquícios de um passado arcaico e passam a ser entendidos como sujeitos históricos em permanente transformação, capazes de responder, resistir e negociar diante das imposições coloniais. A análise das obras de João Renôr Ferreira de Carvalho revela um esforço consciente de ruptura com a historiografia tradicional, frequentemente orientada por perspectivas conservadoras e eurocêntricas. Como observa Lucia Maria Paschoal Guimarães, o campo da historiografia brasileira consolidou-se, em grande medida, por meio de narrativas que privilegiaram as elites políticas, a ação do Estado nacional e os agentes colonizadores, relegando os povos indígenas a papéis secundários ou meramente reativos.

Nesse sentido, as obras de João Renôr dialogam diretamente com a proposta teórica de Cunha ao conceber os indígenas como sujeitos políticos historicamente ativos. Ao reavaliar criticamente a produção dos historiadores tradicionais e ao submeter as fontes coloniais a uma leitura atenta e contextualizada, Renôr coloca em prática a História Indígena defendida por Cunha, buscando superar o silenciamento histórico não por meio da negação das fontes, mas pela análise rigorosa de seus limites, intenções e contradições. Essa abordagem permite evidenciar a presença indígena como elemento estruturante dos conflitos coloniais e dos próprios limites do poder imperial na Amazônia e no Piauí.

2.4. Poder e Legislação: A disputa pela mão de obra

Ao analisar a disputa pela mão de obra na Amazônia colonial, torna-se imprescindível compreender a Companhia de Jesus não apenas como uma ordem religiosa dedicada à catequese, mas também como um agente político dotado de grande capacidade de intervenção. Em contextos coloniais, a atuação missionária frequentemente ultrapassava o campo estritamente espiritual, articulando-se a interesses econômicos, jurídicos e administrativos que colocavam os jesuítas no centro de disputas decisivas sobre o trabalho indígena. Conforme destaca Mello (2016), no capítulo “Os jesuítas e a defesa da legislação indigenista na Amazônia colonial”, a Companhia de Jesus operava em uma complexa “guerra de papel”, marcada pelo embate permanente em torno de pareceres, cartas, requerimentos e normas jurídicas.

Nesse cenário, a defesa da liberdade indígena não pode ser lida apenas como gesto humanitário ou princípio religioso abstrato, pois se vinculava, de maneira concreta, à preservação do controle temporal e espiritual exercido pelos missionários sobre aldeamentos e populações submetidas ao regime das missões. A atuação dos procuradores das Missões em Lisboa revela, portanto, que a história da resistência e da organização indígena também se construiu nos bastidores do Conselho Ultramarino, espaço onde as disputas ganhavam forma institucional e onde a legislação era continuamente tensionada. Ali, normas e decisões eram moldadas por estratégias políticas voltadas a equilibrar interesses concorrentes, como as diretrizes da Coroa, as pressões dos colonos por acesso irrestrito à mão de obra e o projeto missionário de ordenamento social e salvação defendido pela Companhia.

Segundo Mello (2016), a presença jesuítica nos centros de poder em Lisboa evidencia um padrão de ação altamente estratégico, no qual o campo jurídico-burocrático se torna instrumento decisivo. Por meio de seus Procuradores Gerais, os jesuítas atuavam como agentes políticos de primeira grandeza, capazes de acionar redes, circular informação qualificada e intervir em processos administrativos para assegurar o controle sobre a mão de obra indígena e, simultaneamente, preservar privilégios e prerrogativas das missões. Nessa dinâmica, figuras como o padre Jacinto de Carvalho e Bento da Fonseca assumiam funções que extrapolavam a representação formal: operavam como mediadores e negociadores em alto nível, agindo junto ao Conselho Ultramarino para influenciar decisões e orientar interpretações da legislação em favor do projeto missionário. Ao mobilizar argumentos, dados e enquadramentos jurídicos, buscavam neutralizar as investidas dos colonos, que

pressionavam por uma flexibilização das normas e pela ampliação de sua capacidade de apropriação do trabalho indígena. Sobre a importância e a complexidade dessas funções, Mello (2016, p.199) afirma:

Para se encarregar das diversas atividades necessárias para manutenção no Brasil dos religiosos da Companhia de Jesus – como o embarque de missionários, gestão do pagamento da dotação régia dos colégios e o envio de mercadorias necessárias para manutenção das atividades da Ordem – foi designado um padre procurador residente em Lisboa. De acordo com Dauril Alden, havia vários agentes subalternos responsáveis pela gestão dos assuntos econômicos da Companhia de Jesus, que seriam os “procuradores de missões, procuradores de província, procuradores das casas, supervisor de patrimônio e outros.

Essa estrutura possibilitava que os jesuítas não apenas assegurassem o sustento material de suas propriedades, mas também influenciassem a legislação indigenista ao longo de décadas. Ao centralizar, em Lisboa, a defesa das leis, os procuradores mantinham o poder temporal sobre os indígenas, convertendo a diplomacia junto a tribunais e conselhos em uma ferramenta decisiva para conter o expansionismo dos moradores locais e suas tentativas de ampliar o acesso à mão de obra.

Esses procuradores eram selecionados não apenas por méritos religiosos, mas sobretudo pela habilidade de transitar no complexo jogo político do Antigo Regime. O padre Bento da Fonseca, por exemplo, exerceu influência a ponto de seus pareceres técnicos serem mobilizados em decisões que resultaram na anulação de licenças de resgate concedidas a particulares e na contenção de práticas de cativeiro em meados do século XVIII, evidenciando o peso político e jurídico que esses agentes podiam alcançar no interior do sistema imperial.

O diálogo proposto por Mello (2016) mostra que a atuação dos jesuítas como agentes políticos não se limitava à diplomacia nos conselhos de Lisboa, manifestando-se também como uma forma de resistência prática capaz de constranger iniciativas de governadores e autoridades na colônia. Essa dimensão é particularmente relevante porque expõe a circulação de poder entre metrópole e ultramar, demonstrando que a disputa sobre a mão de obra indígena era travada simultaneamente no território colonial e nos circuitos burocráticos metropolitanos.

Na obra *Resistência Indígena no Piauí Colonial*, João Renôr Ferreira de Carvalho também destaca essa dinâmica. A “temia” dos padres de Ibiapaba, mencionada nas queixas do governador João da Maya da Gama, aparece como expressão concreta dessa blindagem jurídica construída em Lisboa, isto é, como resultado de uma engrenagem político-administrativa que limitava, na prática, a capacidade de certos agentes coloniais de impor seus interesses sobre os aldeamentos e sobre o trabalho indígena. Dessa forma, a história indígena nessas regiões pode ser compreendida como um embate de jurisdições, no qual diferentes instâncias e autoridades disputavam prerrogativas e competências.

Nesse jogo, os jesuítas atuavam como intermediários estratégicos, empregando a escrita e o direito como instrumentos centrais de negociação, disputa e legitimação, o que ajuda a entender por que a legislação indigenista não foi apenas um conjunto de normas, mas um campo permanente de conflito político no interior do Império.

2.5 O regimento das Missões

Para compreender a dinâmica do poder na Amazônia colonial, torna-se fundamental analisar o embate entre a defesa jurídica da liberdade indígena e as práticas de controle social exercidas pelos jesuítas. De um lado, Mello (2016) destaca a atuação política dos procuradores Jacinto de Carvalho e Bento da Fonseca, empenhados, em Lisboa, na preservação do Regimento das Missões de 1686, instrumento que assegurava à Companhia de Jesus prerrogativas decisivas sobre a administração temporal e espiritual das populações indígenas.

De outro, Renôr (2005) ressalta que a resistência indígena se configurava como resposta direta a esse sistema de dominação, evidenciando que os povos nativos não eram sujeitos passivos, mas agentes históricos que mobilizavam estratégias como fugas, recusas, rearranjos comunitários e revoltas armadas para contestar tanto a escravidão imposta por moradores quanto a tutela rígida praticada no interior das missões. Nessa leitura, a resistência não aparece como reação episódica, mas como dimensão estrutural do conflito colonial, atravessando o cotidiano do trabalho, da religião e da política.

A estratégia dos procuradores jesuítas fundamentava-se no manejo de uma “informação seletiva” junto à Coroa, por meio da qual a salvação das almas e a preservação de vidas indígenas eram enfatizadas como justificativas morais e jurídicas para a manutenção do domínio missionário. Mello (2016) assinala que Jacinto de Carvalho atuou com habilidade ao promover, em 1724, a impressão da legislação indigenista, buscando garantir que as normas de proteção, que também resguardavam a disponibilidade da mão de obra para as missões, fossem efetivamente observadas por governadores e demais

autoridades locais. Contudo, os registros mobilizados por Renôr (2005) indicam que essa proteção, tal como se apresentava no discurso e na forma legal, podia ser percebida pelos indígenas como uma nova modalidade de subordinação.

O aldeamento, ao mesmo tempo em que facilitava a catequese e oferecia uma moldura jurídica de “proteção”, concentrava populações em espaços vigiados, reorganizava rotinas e autoridades, ampliava a vulnerabilidade a epidemias e tendia a disciplinar o trabalho indígena em benefício do projeto missionário. O diálogo entre Mello (2016) e Renôr (2005), portanto, revela uma Amazônia atravessada por três forças principais em disputa: a Companhia de Jesus, os colonos e os próprios indígenas.

Enquanto os procuradores jesuítas operavam no plano diplomático e jurídico para restringir o acesso privado dos moradores à mão de obra indígena, denunciando o cativo injusto e defendendo dispositivos de “liberdade”, preservavam simultaneamente a centralidade econômica e política das missões. Em contrapartida, os povos indígenas elaboravam estratégias próprias de sobrevivência e resistência, redefinindo alianças, deslocando-se no território e, em diferentes momentos, confrontando armadamente as formas coloniais de exploração e tutela.

3. UMA ANÁLISE CRÍTICA

As autoras Cunha (1992) e Mello (2016) dialogam ao evidenciar que a chamada “liberdade do índio”, defendida pelos jesuítas, estava longe de representar uma autonomia plena para as populações indígenas. Ambas

demonstram que o discurso missionário se sustentava na crítica à escravidão praticada por colonos particulares, apresentando a Companhia de Jesus como defensora dos índios diante dos abusos e da exploração privada. Segundo Cunha, os indígenas eram usados como canoeiros, soldados e trabalhadores nas missões e sua “liberdade” era relativa, pois continuavam sob um regime de controle e exploração:

Reproduziam-se, isso sim, predatoriamente, na medida em que índios das aldeias eram compulsoriamente alistados nas tropas de resgates para descer dos sertões novas levas de índios, que continuamente vinham preencher as lacunas deixadas por seus predecessores. [...] O exacerbamento da guerra indígena provocado pela sede de escravos, as guerras de conquista e de apresamento em que os índios de aldeia eram alistados contra os índios ditos hostis, as grandes fomes que tradicionalmente acompanhavam as guerras, a desestruturação social, a fuga para novas regiões das quais se desconheciam os recursos ou se tinha de enfrentar os habitantes (vide, por exemplo, Frinchetto e Wright), a exploração do trabalho indígena, tudo isto pesou decisivamente na dizimação dos índios (Cunha, 1992, p.13-14).

Tal postura conferia aos jesuítas legitimidade moral e política, além de respaldo jurídico, uma vez que se alinhava às leis da Coroa que reconheciam formalmente os indígenas como livres. Nessas missões, a Igreja exercia não apenas a autoridade religiosa, mas também o governo temporal¹⁴ regulando o trabalho, a disciplina, o cotidiano e até a circulação dos indígenas. Embora não fossem formalmente considerados escravos, eram compelidos a trabalhar nas roças, nas construções e nas atividades econômicas das missões, sempre sob a orientação e a vigilância dos padres.

¹⁴ O governo temporal exercido pelos jesuítas dizia respeito a administração civil e econômica das aldeias, abrangendo a organização do trabalho e a gestão dos recursos, essas prerrogativa constituí o principal foco de atrito com os colonos, que acusavam a Ordem de explorar a mão de obra indígena em benefício próprio sob o pretexto da catequese.

Dessa forma, o diálogo entre as autoras possibilita compreender a ambiguidade da atuação jesuítica: ao mesmo tempo em que oferecia proteção contra a escravidão direta e determinados abusos coloniais, consolidava um sistema de tutela que assegurava à Companhia de Jesus o controle sobre as populações indígenas.

A “liberdade” defendida, portanto, não suprimiu a exploração nem a subordinação, mas redefiniu suas formas, integrando os povos indígenas a um projeto missionário e colonial que atendia simultaneamente aos interesses da Igreja e da Coroa. Uma vez compreendida a malha jurídica e política que envolvia as populações indígenas, torna-se necessário analisar como essas tensões se materializaram no espaço geográfico da Amazônia e do Piauí, cenários privilegiados de resistência e de conflitos diretos.

4. O ESPAÇO DE CONFLITO: A CONSCIÊNCIA DA AMAZÔNIA

A transição do século XVI para o XVII descreve a consolidação do que João Renôr Ferreira de Carvalho denomina “consciência da Amazônia”. Se em um primeiro momento a região era percebida sobretudo por meio de mitos e da navegação de seus grandes rios e demanda econômica pelas chamadas drogas do sertão (especiarias amazônicas como cacau, cravo, canela e baunilha) levou o colonizador a adentrar na densidade da floresta, convertendo o espaço geográfico em um campo de disputa pela captura da mão de obra indígena:

Os primeiros aventureiros europeus que visitaram a região estiveram só no rio Amazonas, navegaram-no, mas não tiveram a preocupação de conhecer o interior da região. A presença efetiva do europeu na vasta área amazônica só se fará a partir do século XVII, motivada por interesses econômicos impulsionadores da penetração na área, em busca das "drogas do sertão" e do índio para servir de mão-de-obra a uma lavoura incipiente. [...] Podemos considerar, portanto, o século XVI como a era do nascimento do Amazonas que foi revelado concretamente aos olhos e ouvidos para leitura dos europeus. Os testemunhos dos primeiros cronistas podem ser tomados como certidões de nascimento do rio Amazonas, abrindo as primeiras páginas de uma história da Amazônia (Carvalho, 2005, p.25-26).

Essa presença europeia no interior da região não se limitava ao comércio, provocando também uma profunda desestruturação das aldeias indígenas. Este processo de extração de especiarias muitas vezes sacrificava a sobrevivência das comunidades nativas, pois como é apontado pelo autor:

Muitos missionários arrebanhavam os índios e os tiravam de suas aldeias para irem aos matos à procura das drogas do sertão, enquanto que as mulheres e crianças das mesmas aldeias passavam fome por falta do trabalho dos homens no plantio da mandioca (Carvalho, 2005, p.60).

Nesse contexto de exploração, surgiram as chamadas “tropas de resgate”, cujos cabos eram frequentemente retratados como homens ambiciosos e pouco escrupulosos, esses líderes militares pressionaram os missionários que os acompanhavam no interior a legitimar a escravização de indígenas com base em pretextos jurídicos frágeis ou duvidosos. O próprio Conselho reconhecia que muitos missionários enviados a regiões remotas e de clima insalubre não dispunham da “doutrina” nem da força política necessárias

para resistir aos abusos cometidos pelos cabos, acabando por ratificar versões falsas acerca da legitimidade da captura dos nativos como escravos de guerra.

Com o intuito de conter essas irregularidades, instituiu-se, em 1704, a prática do chamado “segundo julgamento”. Essa norma estabelecia que todo indígena declarado escravo no interior deveria ser submetido a uma nova avaliação jurídica ao chegar a Belém. O julgamento era conduzido pela Junta das Missões, composta por representantes de diferentes ordens religiosas e presidida pelo superior dos jesuítas, sob a supervisão do governador.

Dessa forma, a exploração das drogas do sertão e a instituição do segundo julgamento de 1704 mostram-se profundamente interligadas. A necessidade de garantir o fluxo contínuo dessas riquezas levou o Estado colonial a intervir juridicamente na chamada “questão indígena”, buscando conciliar interesses econômicos, disputas políticas locais e o discurso cristão de tutela. O julgamento realizado em Belém não representou, portanto, uma ruptura com a lógica da exploração, mas sim um novo enquadramento legal do indígena como elemento central da economia amazônica colonial, submetido a um sistema que articula coerção, catequese e controle administrativo.

4.1 O caso do Piauí e João da Maya da Gama

Enquanto na Amazônia o interesse colonial gravitava em torno da extração de recursos e da captura de corpos, no território que viria a constituir o Piauí a tensão deslocou-se para a disputa pela terra. Durante o governo de João da Maia da Gama (1722–1728) a expansão das fazendas de gado

desencadeou confrontos violentos entre as populações indígenas e os chamados “arrivistas” de origem europeia.

A documentação arquivística analisada por João Renôr evidencia que os sertões piauienses se converteram em cenário de uma verdadeira guerra civil, na qual a resistência indígena era interpretada pela administração colonial como um obstáculo à ordem e à prosperidade econômica. A análise da documentação relativa ao governo de João da Maia da Gama (1722–1728) indica que a chamada “Guerra Civil” no sertão representou o auge de um conflito estrutural em torno da posse da terra. De um lado, populações indígenas como os Gueguês, Timbiras e Acaroás (Craô) defendem territórios ocupados secularmente; de outro, os “arrivistas” de ascendência europeia buscavam expandir as fazendas de gado oriundas da Bahia e de Pernambuco.

Esse embate de interesses converteu o Piauí em uma fronteira marcada pela violência, na qual a força se impôs como principal instrumento de mediação política e territorial. Nesse contexto a carta Régia de 20 de outubro de 1718:

[...] havendo visto a proposta que me fez o Mestre de Campo da Conquista do Piauí e Maranhão Bernardo de Carvalho de Aguiar, representando-me nelas os grandes destroços e hostilidades, que tem feito nas terras delas os índios de corso, nossos inimigos, destruindo não só as fazendas dos seus moradores, mas tirando a muitos a vida inumanamente; passando a sua crueldade a não perdoar a de alguns Religiosos Missionários e com tal excesso a do Padre Amaro Barbosa, que depois de morto o abriram, e lhe tiraram o coração; fazendo muitos desacatos às imagens de uma Igreja, em que entraram (Carta Régia de 20 de outubro de 1718, apud CARVALHO, 2005, p.32)

A carta régia não especifica qual seria a nação ou as nações responsáveis, contudo, nesse período eram os Gueguê, os Acaroá (Craô) e os Timbira que ofereciam maior resistência aos invasores provenientes do litoral brasileiro. Foram esses episódios, relatados pelo mestre-de-campo do Piauí, que levaram o rei D. João V a desanexar a região da Ibiapaba da Capitania do Ceará e vinculá-la ao Piauí, colocando-a sob a jurisdição militar do mestre-de-campo.

[...] fui também servido haver por bem que se desanexasse da Capitania do Ceará a Aldeia da Serra Ibiapaba, e fique na Jurisdição do Piauí e que o dito Mestre de campo, Bernardo de Carvalho de Aguiar, possa nele (Piauí) levantar quarenta, até cinquenta soldados da gente mais desocupada e vadia que há nela, e que estes vão servir na Capitania de São Luís do Maranhão, mandando-lhe vós o mesmo número de soldados, já experimentados, para com os sessenta, que estão destinados para esta guerra tenham cem (Carta Régia de 20 outubro de 1718, apud CARVALHO, 2005, p32)

O mestre-de-campo Bernardo de Carvalho de Aguiar enfrentava reiteradas dificuldades na mobilização de tropas em razão da resistência de missionários jesuítas em diversas ocasiões, esses religiosos desencorajaram os indígenas considerados “domesticados” a combaterem seus semelhantes, o que resultava em uma paralisia militar. Tal situação favoreceu o avanço das investidas indígenas contra propriedades luso-brasileiras, contribuindo para a disseminação de um clima de insegurança generalizada no interior da capitania.

Os documentos analisados por Renôr (2005) indicam que a guerra se organizou a partir de disputas de jurisdição e de poder. Governadores e oficiais régios denunciavam a desobediência de missionários sobretudo jesuítas que, amparados por legislação metropolitana, recusaram-se a entregar indígenas

aldeados tanto para o trabalho compulsório quanto para o serviço nas expedições militares.

Essa resistência institucional desencadeou reações violentas por parte de moradores e capitães-mores, que passaram a promover ataques, prisões arbitrárias e represálias contra as aldeias, convertendo o sertão em um espaço de confronto contínuo.

Ao mesmo tempo, os indígenas não aparecem apenas como vítimas passivas desse processo. Os registros apontam para fugas coletivas, alianças estratégicas e rebeliões armadas, demonstrando a existência de uma resistência indígena ativa diante das tentativas de escravização e de deslocamento forçado.

A carta Régia de 1728, analisada por Renôr que trata da atuação o ouvidor da Vila da Mocha (Oeiras) em 13 de julho, registrava o seguinte:

[...] de que os índios da nação Timbira tinham feito as maiores invasões em toda aquela Capitania de que se temia uma grande ruína por se achar o arraial que governava o sargento mor Francisco Xavier de Brito sem os soldados que defendiam aqueles distritos havendo-se todos retirados por ordem do Vice-Rei da Bahia, e que todas as ofensas cometidas aos mesmos vassalos descobriram serem autores delas os índios da mesma nação os quais vieram ao nosso arraial desertos de defensas (...) (Carta Régia de 17 de julho de 1728, *apud*, CARVALHO, 2005, p.42).

Percebe-se na leitura da carta que nesse período, o Estado do Maranhão não exercia qualquer controle efetivo sobre a região da Freguesia da Mocha, uma vez que os poucos soldados ali estacionados estavam subordinados ao vice-rei da Bahia, que determinou sua retirada, conforme informou o ouvidor da Vila.

Enquanto o governador João da Maia da Gama estabelecia acordos de paz com os Barbados no Maranhão por volta de 1727, o sertão piauiense permanecia em permanente estado de conflito. A incapacidade de pacificar as nações do Gurguéia e de Gilbués provocou a migração de criadores de gado para o Maranhão, alterando o eixo econômico regional.

Assim, a chamada “Guerra Civil” configura-se como um conflito multifacetado, resultante da fragilidade do controle estatal, da sobreposição de interesses econômicos e religiosos e da agência indígena, que contribuiu para desestabilizar a ordem colonial no sertão nesse período.

4.2 Resistência ativa

No primeiro parágrafo, Manuela Carneiro da Cunha estabelece como premissa central a necessidade de compreender os povos indígenas como sujeitos históricos e atores políticos, e não apenas como vítimas do processo colonizador. A autora argumenta que a abordagem tradicional tende a “apagar” a agência indígena ao enfatizar exclusivamente o sofrimento dessas populações.

Ao reconhecer que os grupos indígenas elaboravam estratégias próprias, firmavam alianças e possuíam objetivos políticos internos, Cunha (1992) rompe com a narrativa da passividade e propõe uma leitura da história indígena como um campo de escolhas, negociações e resistências ativas frente à presença europeia.

Em diálogo direto com essa perspectiva teórica, o trabalho de Renôr (2005) apresenta uma análise da resistência indígena no Piauí através das cartas Régias, relatos de governadores e diários, ao demonstrar como os povos nativos enfrentaram os chamados “arrivistas”, sobretudo os criadores de gado.

Renôr (2005) enfatiza que as nações indígenas como os Gueguê, Timbira e os Acaroá (Craô) não foram simplesmente subjugadas pela expansão pastoril, mas reagiram de maneira articulada. Por meio de ataques estratégicos às fazendas e da destruição de propriedades, esses grupos recorreram ao confronto direto para contestar a apropriação de seus territórios ancestrais, expressando, na prática, a agência política destacada por Cunha.

João Renôr ressalta ainda que a resistência indígena não se limitava ao confronto físico, assumindo também dimensões estratégicas e geopolíticas, como no caso dos povos da Serra da Ibiapaba, que se recusaram a colaborar com as expedições militares portuguesas. Tal postura ilustra a tese de Manuela Carneiro da Cunha acerca das alianças indígenas, evidenciando que os nativos não atuavam como instrumentos passivos dos colonizadores, mas realizavam cálculos políticos e estratégicos pautados em critérios de conveniência.

Por fim, ao articular a obra *Resistência Indígena no Piauí colonial 1718-1774*, percebe que o enfrentamento aos criadores de gado no sertão piauiense constituiu uma expressão concreta da soberania que os povos originários buscavam preservar. Enquanto Cunha aponta a existência de uma consciência crítica indígena diante do processo colonial, João Renôr materializa essa percepção ao analisar as chamadas “guerras de resistência”, que obrigaram a Coroa portuguesa a reformular suas estratégias administrativas e militares.

Desse modo, a documentação evidencia que os indígenas atuaram como protagonistas históricos que, ao defenderem seus territórios, influenciaram decisivamente os limites e os ritmos da expansão colonial no interior do Brasil.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da obra de João Renôr Ferreira de Carvalho evidencia sua importância para a historiografia brasileira contemporânea, especialmente ao romper com interpretações tradicionais que relegaram os povos indígenas a um papel marginal no processo histórico. Ao articular referenciais da historiografia e da história cultural, o autor elabora uma leitura que valoriza a complexidade das relações coloniais e destaca a resistência indígena como elemento central na conformação da Amazônia e do Piauí no período colonial.

Ao longo do capítulo, constatou-se que a resistência indígena não se restringiu a reações pontuais e desarticuladas, mas se configurou como um conjunto consistente de estratégias políticas, militares e territoriais capazes de impor limites efetivos à expansão colonial.

Práticas como fugas coletivas, alianças interétnicas, ataques a fazendas e a recusa em colaborar com expedições militares evidenciam a agência indígena enfatizada tanto por Manuela Carneiro da Cunha quanto por João Renôr, rompendo com narrativas que os reduzem à passividade ou à simples condição de vítimas.

Além disso, a atuação dos jesuítas, examinada a partir das contribuições de Marcia Eliane Alves de Souza e Mello, evidencia a

ambiguidade presente no discurso da chamada “liberdade indígena”. Embora se colocasse em oposição à escravidão privada, tal discurso acabou por legitimar práticas de tutela e de controle sobre o trabalho e o cotidiano dos povos indígenas.

Nesse contexto, a legislação indigenista e o Regimento das Missões configuram-se como instrumentos centrais nas disputas de poder colonial, nos quais se articulavam e confrontavam os interesses da Coroa, da Igreja e dos colonos.

Dessa forma a contribuição historiográfica de João Renôr consiste em articular de forma consistente as dimensões políticas, jurídicas e simbólicas da colonização, demonstrando que a ocupação do interior do Brasil foi atravessada por conflitos contínuos e negociações instáveis. Ao atribuir centralidade ao protagonismo indígena, sua obra amplia os horizontes da História Indígena e reforça a necessidade de uma abordagem historiográfica crítica, capaz de evidenciar as múltiplas camadas de poder, resistência e representação que conformam a escrita do passado.

REFERÊNCIAS

BARROS, José D’ Assunção. **A Historiografia como Fonte Histórica**. Petrópolis: Vozes, 2019, p.13-89.

CARVALHO, João Renôr Ferreira de. **Momentos de História da Amazônia**. Imperatriz: Ética, 1998.

CARVALHO, João Renôr Ferreira de. **Resistência Indígena no Piauí colonial 1718-1774**. Imperatriz: Ética, 2005.

CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.9-24.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. **Sobre a história da historiografia brasileira como campo de estudos e reflexões**. In: NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira da (Org.). Estudos de historiografia Brasileira. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p.19-35

MELLO, Marcia Eliane Alves de Souza e. **Os Jesuítas e a defesa da legislação indigenista na Amazônia colonial**. Curitiba: Prisma, 2016, p.199-220.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. n.p.

REIS, Arthur César Ferreira. **A Amazônia e a cobiça internacional**. Manaus: Reggo/Academia Amazonense de Letras, 2021.

RAIMUNDO CARVALHO MOURA FILHO. É doutor em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). É líder do Grupo Latinoamericano de Estudos Históricos e em Educação (GLEHE/UNITINS/CNPq). Coordena o projeto institucionalizado Natureza, Política e Educação na América Latina: Perspectivas Indígenas e Alternativas Sistêmicas (UNITINS). Desenvolve pesquisas nas áreas de teoria crítica do capitalismo, relações entre natureza e alternativas ao sistema vigente, história e filosofia comparada das ideias, história da América Latina, disputas territoriais, política e história indígena.

REGINA CELIA COSTA LIMA. É Professora adjunta da UEMASUL e doutora em História pela UNISINOS (2021), com experiência nas áreas de Educação e História, especialmente no Ensino de História, Política Educacional, Política e Movimentos Sociais. Suas pesquisas abordam o Ensino de História e a História do Maranhão, com ênfase em temas como o sertão maranhense, os intelectuais, a mulher e a educação. Coordena o Centro de Documentação e Memória da Região Tocantina (CEDOM), onde desenvolve projetos de pesquisa e extensão voltados à história regional, memória e patrimônio, sendo bolsista de produtividade da UEMASUL. Também é membro do Grupo de Estudos Literários e Imagéticos (GELITI) e do Instituto Histórico e Geográfico de Imperatriz (IHGI).